



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DE INFORMAÇÃO**  
**CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

**AMANDA DE SOUSA RIBEIRO**

**CENTRO CULTURAL GRANDE BOM JARDIM: MEMÓRIA, IDENTIDADE E  
TERRITÓRIO**

**FORTALEZA**

**2019**

AMANDA DE SOUSA RIBEIRO

CENTRO CULTURAL GRANDE BOM JARDIM: MEMÓRIA, IDENTIDADE E  
TERRITÓRIO

Monografia apresentada ao curso de Biblioteconomia do Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador: Prof. Dr. Jefferson Veras Nunes

FORTALEZA

2019

**AMANDA DE SOUSA RIBEIRO**

**CENTRO CULTURAL GRANDE BOM JARDIM: MEMÓRIA, IDENTIDADE E  
TERRITÓRIO**

Monografia apresentada ao curso Biblioteconomia, do Departamento de Ciências da Informação, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Jefferson Veras Nunes (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Antônio Wagner Chacon Silva (Membro)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Isaura Nelsivânia Sombra Oliveira (Membro)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

---

R367c Ribeiro, Amanda de Sousa.

Centro Cultural Grande Bom Jardim : memória, identidade e território / Amanda de Sousa Ribeiro. – 2019.

80 f.

Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Ciências da Informação, Fortaleza, 2019.

Orientação: Prof. Dr. Jefferson Veras Nunes.

1. Centro Cultural Grande Bom Jardim. 2. Imaginário social. 3. Políticas públicas de cultura. 4. Memória e identidade. I. Nunes, Jefferson Veras. II. Título.

CDD 020

---

## AGRADECIMENTOS

Ufa! Chegou esse momento. Agradeço aos meus pais - Angela e Edmilson - por todos os esforços que me deram as melhores condições possíveis para estudar. Certeza de que sem esse apoio o caminho até aqui seria mais tortuoso. Às minhas irmãs - Maruska e Samara - pelas trocas de leituras e aprendizados, pelas conversas sobre a monografia e a vida, à Maruska pelo suporte de “escreve menina, aff”, à Samara por incentivar e fazer chás em noites que estava difícil dormir.

Ao professor e orientador Jefferson Veras por acreditar em meu potencial de realizar esse trabalho e, antes disso, pelos aprendizados em aula. Professor Jefferson, seu suporte e tranquilidade foram essenciais, assim como a compreensão de minhas dificuldades e o auxílio para conciliar tudo isso com os prazos. Agradeço imensamente.

Aos professores que compõem a minha banca, Prof. Dr. Antônio Wagner Chacon Silva e Prof<sup>ª</sup>. Dra. Isaura Nelsivânia Sombra Oliveira pela disponibilidade e atenção dispensadas para leitura e considerações sobre o trabalho. À Universidade Federal do Ceará e nossa relação de amor e ódio. Aos entrevistados, às experiências que o Centro Cultural Grande Bom Jardim me proporcionou e aos colegas que fiz lá, agradeço a disponibilidade e simpatia. À Fábria, a Lu, Tia Cris e todos da Coordenação e Departamento de Biblioteconomia, expresso enorme gratidão.

Agradeço a TODOS amigos do grupo “Camilistas” pelas trocas – desde memes as conversas sérias, os abraços e problematizações. Aos amigos da vida e aos conquistados durante a graduação: Fernanda Louzada obrigada por todos esses anos de amizade e paciência, Lucas Carvalho e Renata Souza pelas risadas, apoio e pelas idas aos eventos culturais, Natanna Santana e Larah Pimenta pela vivência política na UFC e as trocas nos bares, João Yuri, Amanda Félix, Nara Santos, Mariana Mota e Hivana Serpa pela amizade, desespero nas apresentações e os “vai dar certo, amiga!”. A Jéssica Souza pelo profissionalismo ensinado e a amizade conquistada. A Izabel Lima pelo carinho enorme, pela inspiração em escrever e todo o apoio durante esse processo.

A tantos outros que me ajudaram nessa jornada. Que sigamos amigos na vida.

Paz e agora próxima etapa, Amanda.

## RESUMO

Esta pesquisa apresenta o Centro Cultural Grande Bom Jardim (CCBJ) dentro de um contexto de reivindicação da Cultura enquanto política pública de mudanças sociais, para além do imaginário que se reforça em relação ao Grande Bom Jardim. Entendendo a cultura e seu potencial de transversalidade, recai sob o CCBJ a responsabilidade de viabilizar para que os bairros que compõem o Grande Bom Jardim sejam desmistificados como locais de extrema violência, ao mesmo tempo em que contribui para o contato de sua comunidade com as mais variadas manifestações culturais. Busca-se responder à seguinte questão norteadora: o Centro Cultural Grande Bom Jardim se apresenta enquanto modelo de democracia cultural em Fortaleza? O caminho percorrido para esta pesquisa constitui-se primeiramente por revisão bibliográfica, que abarca conceitos relativos à identidade e memória, cultura, políticas públicas, o Estado e a cidade. Também são apresentadas discussões sobre o viés político do imaginário, a formação da cidade, e sobre poder simbólico. Desenvolve-se uma pesquisa exploratória de cunho qualitativo e, para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas, e a técnica utilizada para análise dos dados foi análise de conteúdo. Conclui-se que a complexidade que denota uma democracia cultural ainda exige esforço para que ocorra com maior qualidade. Nota-se que, certamente, há uma democratização – uma vez que o equipamento encontra-se na periferia, destoando dos demais equipamentos culturais, além de ter sido uma conquista de grupos da sociedade civil organizada. No entanto, em uma visão otimista, ver-se um intuito de alcançar essa totalidade da democracia, através de ações desenvolvidas pela administração, por exemplo, as reuniões de Gestão Compartilhada, de uma constante negociação entre Estado e os grupos sociais que lutam por essa democracia cultural.

**Palavras-chave:** Centro Cultural Grande Bom Jardim. Imaginário social. Memória e identidade. Políticas públicas de cultura. Democracia cultural.

## RESÚMEN

Esta investigación presenta el Centro Cultural Grande Bom Jardim (CCBJ) en el contexto de reivindicación de la Cultura, mientras que la política pública de cambios sociales, además del imaginario que se refuerza en relación al Grande Bom Jardim. En cuanto a la cultura y su potencial de transversalidad, recae bajo el CCBJ la responsabilidad de viabilizar para que los barrios que componen el Grande Bom Jardim sean desmitificados como lugares de extrema violencia, al mismo tiempo, que contribuye al contacto de su comunidad con las más variadas manifestaciones culturales. Se busca responder a la siguiente cuestión orientadora: el Centro Cultural Grande Bom Jardim se presenta como modelo de democracia cultural en Fortaleza? El camino recorrido para esta investigación se constituye primero por una revisión bibliográfica, abarca conceptos relativos a la identidad ya memoria, cultura, políticas públicas, el Estado y la ciudad. También se presentan discusiones sobre el sesgo político del imaginario, la formación de la ciudad, y sobre el poder simbólico. Se desarrolla una investigación exploratoria de cuño cualitativo y, para una recolección de los datos fue realizada análisis de contenido. Se concluye que la complejidad que denota una democracia cultural todavía exige esfuerzo para que ocurra con mayor calidad. Se observa que, ciertamente, hay una democratización – una vez que el equipo se encuentra en la periferia, diferente de los demás equipamientos culturales, además de haber sido una conquista de grupos de la sociedad civil organizada. Sin embargo, en una visión optimista, se ve una intención de alcanzar esa totalidad de la democracia, a través de acciones desarrolladas por la administración, por ejemplo, las reuniones de Gestión Compartida, de una constante negociación entre Estado y los grupos sociales que luchan por esa democracia cultural.

**Palabras clave:** Centro Cultural Grande Bom Jardim. Imaginario social. Memoria e identidad. Políticas públicas de cultura. Democracia cultural.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCBJ	Centro Cultural Grande Bom Jardim
CFC	Conselho Federal de Cultura
FECOP	Fundo Estadual de Combate à Pobreza
GBJ	Grande Bom Jardim
IDM	Instituto Dragão do Mar
MinC	Ministério da Cultura
MONDIACULT	Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais
NArTE	Núcleo de Articulação Técnica Especializada
OS	Organização social
PNC	Plano Nacional de Cultura
PNPS	Política Nacional de Participação Social
Secult	Secretaria da Cultura do Estado do Ceará
SIEC	Sistema Estadual da Cultura
SNPS	Sistema Nacional de Participação Social
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Ciência, a Educação e a Cultura
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
1.1	METODOLOGIA .....	11
<b>2</b>	<b>ASPECTOS POSITIVOS DO IMAGINÁRIO</b> .....	15
2.1	MEMÓRIAS NÃO SÃO SÓ MEMÓRIAS .....	21
2.2	DINÂMICAS DA CIDADE E MEMÓRIA .....	26
<b>3</b>	<b>ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS</b> .....	34
3.1	POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS .....	39
<b>4</b>	<b>O CENTRO CULTURAL GRANDE BOM JARDIM</b> .....	51
4.1	O CCBJ ATRAVÉS DO OLHAR COMUNITÁRIO .....	53
4.2	IDENTIDADE E MEMÓRIA .....	53
4.3	TERRITÓRIO E CULTURA .....	59
4.4	POLÍTICAS PÚBLICAS E CULTURAIS .....	62
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	65
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	67
	<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA AOS</b>	75
	<b>FREQUENTADORES DO CENTRO CULTURAL BOM JARDIM</b> .....	

## 1 INTRODUÇÃO

Memória. Cidade. Cultura. Três aspectos relevantes a serem analisados neste trabalho. Em cada um deles, um universo de possibilidades e mesmo de interpretações.

Memória. Partindo de reflexões desenvolvidas no século XX, sobretudo nas Ciências Humanas, o conceito de memória passou a ser definido como um fenômeno social, na medida em que as relações entre os indivíduos são estabelecidas pelas formas em que interagem entre si, com o espaço e o tempo.

Esses elementos são fundamentais na construção de nossa própria formação, identidade e história, portanto, se faz necessário questionar projetos de esquecimento, pois lembrar algo do próprio passado sustenta a identidade. A constituição da memória relaciona-se diretamente à construção da identidade.

Reforçando a ideia da consciência temporal, a filósofa Marilena Chauí (2006, p. 138), compreende que “a memória é uma evocação do passado”. Dessa forma, a memória pode ser compreendida como um veículo de recordação, um conhecimento do passado que é guiado pelo presente.

A memória, como uma atribuição fundamental, mas também uma habilidade e, em si, está sujeita a falhas, a indefinições ou a constantes reformulações. Segundo Regina Zilberman (2006, p. 117) a memória constitui-se como “[...] uma faculdade humana, encarregada de reter conhecimentos adquiridos previamente”. Seu objeto é um “antes” experimentado pelo indivíduo, que o armazena em algum lugar do cérebro, recorrendo a ele quando necessário.

O passado e futuro se encontram no tempo presente, tornando a constituição de memória relevante para que o indivíduo reconheça sua própria identidade e compreenda seu papel social. Le Goff (1990) ratifica assumindo que a memória tem papel essencial para a identidade, seja ela individual ou coletiva.

Cidade. Os lugares concebidos socialmente como ‘de memória’ nutrem e valorizam a cultura e memória coletiva, além de permitir a manutenção de elementos que definem bases conceituais do que compreendemos por identidades, seja nacional, local ou individual (SILVEIRA; REIS, 2011).

A cidade é palco de diversas características e manifestações culturais que possibilitam leituras diferentes, e seus lugares constituem paisagens simbólicas em que a forma como cada indivíduo interpreta suas experiências no lugar produz significado ao ambiente.

Com o passar do tempo, o conjunto de significados atribuídos ao lugar através das experiências originam a memória coletiva e torna-se parte da herança cultural do lugar.

Essa ideia é ratificada por Eckert e Rocha (2006), na busca da compreensão de que a todos os espaços da cidade - sejam eles institucionais ou moradias, públicos ou privados, de lazer ou trabalho -, são atribuídos à predisposição para serem considerados de relevância cultural, social e histórica. Posto isso, centros culturais configuram-se inseridos nessa compreensão.

Cultura. O acesso à cultura para alguns grupos sociais parece estar condicionado ao poder de alcance desses grupos aos espaços de discussões políticas e compreensão da diversidade cultural existente.

No caso brasileiro o que se observa é o afastamento de uma grande parcela da população a recursos da cultura, seja pela impossibilidade de acesso, seja por questões de identificação social, financeira e educacional. Além disto, as instituições públicas voltadas para o acesso à cultura encontram-se, muitas vezes, localizados distantes – seja geograficamente, seja no imaginário - dessa população, o que dificulta a possibilidade de amenizar tais disparidades.

Neste contexto encontra-se o Centro Cultural Grande Bom Jardim (CCBJ), caracterizado por ser espaço de difusão de atividades e manifestações artístico-culturais, e, sendo a cultura agente central no processo de reconhecimento de identidade de um determinado grupo social, através de seus processos, crenças, valores, entre outros aspectos, recai sobre essas instituições uma grande responsabilidade: colaborar para que o cidadão entre em contato com as diversas manifestações culturais e poder desenvolver um olhar mais crítico sobre a cultura, seus diversos aspectos e o impacto disto em seu cotidiano.

As contribuições acadêmicas pretendidas por este trabalho estão aliadas às possibilidades do estudo sobre a memória e sua relação com a cultura, assim com as conversas estabelecidas com outras áreas do conhecimento e o aspecto do imaginário presente nas construções de identidade.

Perpassando por estes aspectos, justifica-se como a relevância social deste trabalho apresentar o Centro Cultural Grande Bom Jardim para além da estigmatização, enquanto um território plural, favorecido por uma multiplicidade de espaços (culturais, econômicos, sociais e políticos).

Espera-se que a ele se some cada vez mais pesquisas relacionadas ao Centro Cultural e mesmo sobre o território do Grande Bom Jardim, sob a perspectiva da cultura e suas transversalidades.

Além disso, motivaram esse estudo minhas observações e experiência no Centro Cultural Grande Bom Jardim, ocorrida em 2018, onde atuei como auxiliar de biblioteca e, tendo visto e vivenciado várias situações relacionadas ao contexto do território, além da relação dos moradores com o Centro Cultural, refleti sobre a sua importância e me perguntei até onde e como o CCBJ reverberava em sua comunidade. Entendi que ele não podia (e nem deixaria que fosse) um equipamento elefante branco construído no meio da periferia de Fortaleza e, por sua localização, entendi que aquela era, também, uma das melhores formas do Estado atuar efetivamente nessas localidades - justamente através de políticas culturais e de combate à pobreza no Ceará.

Há a defesa dos centros culturais, juntamente com outros espaços de cultura, arte, educação e lazer, enquanto mediadores de mudanças e engajamento social. Partindo deste norte, procuramos situar esse Centro Cultural, tomando por base os fundamentos de alguns autores, como Halbwachs (1990); Le Goff (1990); Bobbio (2003); Haesbaert (2006); Souza (2006); Williams (1992); Nora (1993); Castoriadis (1995), por entendermos ser necessária uma análise sobre estas instituições, que participam do processo de reconhecimento de identidade social, assim como incentivam maior participação de grupos sociais em decisões políticas proporcionando o acesso desses indivíduos à cultura em suas variadas manifestações.

Diante disto, a cultura apresenta-se como ferramenta para alcançar igualdade social e, conforme apresenta Eagleton (2005, p.88), “que a cultura venha a ser associada à justiça para grupos minoritários, como tem sido atualmente, é, assim, um desenvolvimento decisivamente novo”.

Portanto, para refletir sobre a importância que espaços culturais possuem na construção do que chamamos de cidade e que estes são espaços públicos de circulação, interação e conexão entre os indivíduos, este trabalho define como seu objetivo geral avaliar o Centro Cultural Grande Bom Jardim enquanto modelo de democracia cultural em Fortaleza. Para isto, encaminharemos através dos seguintes objetivos específicos: verificar as relações de memória e identidade entre o Centro Cultural Grande Bom Jardim e seus usuários; identificar de que maneira o Centro Cultural Grande Bom Jardim é percebido em seu território; e, por último, analisar quais os principais desafios culturais e políticos do CCBJ.

## 1.1 METODOLOGIA

Para atingir os objetivos propostos, utilizou-se uma abordagem metodológica de cunho exploratório do tipo qualitativo, em que Haguette (1997, p.63) diz que “[a metodologia

qualitativa] fornece uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais” e, na percepção de Gil (1999) a pesquisa exploratória é desenvolvida objetivando proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.

A escolha desse tipo de pesquisa permitiu a análise bibliográfica acerca do assunto abordado, assim como estimulou a realização de entrevistas com pessoas que, de alguma forma, estavam inseridas dentro do contexto da pesquisa.

Sobre a pesquisa bibliográfica, Gil (1999) ressalta que ela é desenvolvida partindo de material já elaborado – principalmente livros e artigos científicos. Conforme definida por Haguette (1997, p. 86), a entrevista é “[...] um processo de interação social” realizado “através de um *roteiro de entrevista* constando de uma lista de pontos [...] previamente estabelecidos de acordo com uma problemática central que deve ser seguida” (HAGUETTE, 1997, p. 86).

Fez-se, então, conforme citado acima, um levantamento bibliográfico para a fundamentação teórica, a partir de pesquisa em livros, jornais e periódicos científicos encontrados em repositórios e bibliotecas, além de sites.

Já as entrevistas aconteceram presencialmente, tendo em vista reforçar essa relação com o entrevistador, com intuito de obter respostas mais próximas do que realmente pensam os entrevistados.

Foram entrevistadas 12 (doze) pessoas que frequentam o Centro Cultural Grande Bom Jardim e, para selecioná-las, foi utilizada a técnica de amostra por conveniência. Segundo Mayer (2016) esse procedimento consiste em contatar unidades convenientes da amostragem, ou seja, consiste em selecionar uma amostra da população que esteja acessível.

Entendendo que ela é adequada para geração de ideias em pesquisas exploratórias, porém tem como consequência a incapacidade de fazer afirmações gerais com rigor estatístico sobre a população (MAYER, 2016).

Ressalta-se também que os entrevistados são maiores de dezoito anos, pois além da preocupação do Centro Cultural Grande Bom Jardim em preservar a imagem das crianças e adolescentes menores de idade, procurou-se um público que pudesse estar fortemente suscetível a uma situação peculiar da entrevista

que leva “os entrevistados a um estado de nervosismo e ansiedade” (ARGYSUS, 1969, p. 115 *apud* HAGUETTE, 1997, p. 90), podendo assim, desvirtuar suas respostas.

1. Isto não possibilitaria erros na amostra (int) No caso da metodologia de EVITAR ser erroneamente utilizada.

## 2. Quem são estas pessoas(int)

Utilizou-se a entrevista do tipo estruturada que, de acordo com Marconi e Lakatos (2011, p. 281) é “quando o pesquisador segue um roteiro previamente estabelecido. As perguntas feitas ao indivíduo são pré-determinadas”.

A opção por esta modalidade se dá pelo fato de tentar ao máximo a não contaminação das respostas, entendendo que a entrevista estruturada torna possível um controle de qualidade baseado em fontes relacionadas com o fato observado a fim de analisar a consistência das informações. (HAGUETTE, 1997).

Dessa maneira, foi elaborado um guia de entrevista que está organizado em 04 (quatro) categorias, sendo elas: perfil dos respondentes com 06 (seis) perguntas, sendo 01 (uma) subjetiva; sobre sua relação com o Centro Cultural Grande Bom Jardim contendo 05 (cinco) perguntas, sendo 04 (quatro) delas objetivas; integração com o CCBJ com 08 (oito) perguntas, sendo 04 (quatro) objetivas; e, por último, sobre o CCBJ e seus contextos (Territorial, cultural e político), composto por 05 (cinco) perguntas subjetivas.

A técnica utilizada para análise dos dados foi análise de conteúdo definido por Bardin (1977, p. 42) como:

[...] o conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção / recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Contendo assim, dois processos, a descrição e a inferência, o processo de análise das respostas se deu através da leitura de todas as informações obtidas para identificar lacunas ou omissões mediante comparação entre as entrevistas, conforme orienta Haguette (1997). Após essa primeira verificação, elegeram-se respostas que poderiam ter maior relevância no alcance dos objetivos propostos, alocando-as em suas respectivas categorias, sendo elas: Identidade e Memória; Território e Cultura; e Políticas Públicas Culturais. Por fim, fez-se a interpretação das informações selecionadas, - a inferência -, em que se atribuiu significado ao discurso.

Este trabalho divide-se em três capítulos. No primeiro “Aspectos políticos do imaginário” apresentam-se conceituações sobre o imaginário social, a relação com o poder simbólico de Bourdieu (1989), além de, a partir dele, entender que a memória também auxilia

no acúmulo de determinado saber. Consequentemente, a preservação da memória se apresenta como elemento indispensável para a existência e continuidade histórica de um povo. Invocar a memória é dar significado à sua existência e identidade.

Além disso, reforça-se a ideia de que usualmente a memória glorifica ou demoniza o passado ou parte dele, e costuma ser carregada de julgamentos morais a respeito dos eventos que ela lembra e que pode ir modificando com os anos de acordo com os interesses atuais. Portanto, pode ser compreendida como uma reconstrução do passado que, normalmente serve para atender interesses do presente e futuro (LE GOFF, 1990).

Ainda neste capítulo relaciona-se o processo imaginário na construção do espaço-tempo, em que a cidade auxilia na definição da identidade de modo que possibilita reconhecimento da sensação de pertencimento e identificação com seu território.

No segundo capítulo “Estado e políticas públicas”, relaciona-se o Estado como parte responsável pelos processos de reconhecimento de identidades e participação e mudanças sociais em construção e análise das políticas públicas, relacionando ao capítulo anterior e dando destaque ao território na elaboração das políticas públicas, pois este tem influência nos debates de grupos de poder interferido – de formas diferentes – na ação do Estado. Revelando assim que a “[...] forma política da modernidade é ela mesma uma negociação difícil entre o individual e o universal” (Eagleton, 2005, p.88).

Pondera-se o espaço público enquanto ambiente de diálogo – não se esquecendo de sua dimensão política –, nesse sentido, apresenta-se a relevância da participação pública na constituição de espaços públicos nos territórios periféricos evoluindo junto com a comunidade.

Estes capítulos permitem embasamento para a apresentação do terceiro capítulo intitulado “Centro Cultural Grande Bom Jardim”, em que se faz uma apresentação deste Centro Cultural, seu território, os aspectos demográficos e sociais que o envolvem, reforçando a percepção de que o acesso à cultura reflete a desigualdade no Brasil e, a partir de reflexões sobre as entrevistas efetuadas, faz-se uma apresentação das análises realizadas.

## 2 ASPECTOS POLÍTICOS DO IMAGINÁRIO

No decorrer de pesquisas para o estudo do imaginário social, é possível destacá-lo como um campo clássico de estudo debatido de forma pertinente pela tríade formada por Marx (1818-1883) com o intuito de desmistificar o conceito de ideologia; Durkheim (1858-1917) e relação entre as estruturas sociais e as representações coletivas e o modo como elas estabelecem a coesão social; e também Weber (1864-1920) mostrando a questão do sentido que os atores sociais atribuem às suas ações.

Tendo em vista que o conceito de imaginário vem sendo utilizado no meio acadêmico de forma insistente e, de acordo com Coelho Netto (1997), não é costume defini-lo de forma rigorosa, e acaba por viabilizar uma diversidade de interpretações tidas como comuns, mas que permanecem vagas.

Em se tratando dos estudos de cultura e política cultural, podemos privilegiar um sentido de imaginário resultante das proposições de Gilbert Durand (2002), que construiu a sua abordagem partindo de sua apreensão e discordância quanto ao desprestígio das imagens por perspectivas teóricas que enfatizam a consciência racional em detrimento do aspecto da realidade que não pode ser explicado ou compreendido unicamente através da razão, como o inconsciente, a imaginação, os mitos e a subjetividade.

Assim, podem-se assimilar as imagens simbólicas como parte do imaginário, este, por sua vez, concebido por Gilbert Durand (2002, p. 18) como o conjunto de imagens da humanidade, mais notadamente como o “conjunto das imagens e relações de imagens que constitui o capital pensado do homo sapiens [...], o grande denominador fundamental onde se vêm encontrar todas as criações do pensamento humano”.

Dessa forma, Durand (1997 *apud* NETTO, 1997, p. 212) compreende o imaginário como o conjunto das imagens não gratuitas – sendo esta uma grandeza complexa, um produto homogêneo, com sentido próprio e autônomo – e também das relações de imagens que constituem o capital inconsciente e pensado do ser humano.

Reafirmando assim, que não se trata de irrealidades e devaneios, mas o imaginário como essência simbólica, de natureza ampla e com diferentes formas de se manifestar. A concepção de Coelho Netto (1997) sobre imaginário corrobora com o pensamento de Durand (1997), em que, de acordo com Coelho Netto (1997, p. 212), podemos compreendê-lo como:

[...] conjunto das imagens e relações de imagens produzidas pelo homem a partir, de um lado, de formas tanto quanto possível universais e invariantes - e que derivam de



sua inserção física, comportamental, no mundo - e, de outro, de formas geradas em contextos particulares historicamente determináveis.

Detalhando um pouco mais o pensamento de Coelho Netto (1997), evidenciamos dois eixos que convergem para um ponto comum e, a partir disto, se articulam, de forma que um é determinado em função do outro. Para melhor compreensão, o primeiro eixo citado seria responsável pelo efeito de mundo e o segundo pelo efeito de representação desse mundo em que estamos inseridos.

Sendo assim, o estudo do imaginário torna-se alicerce para toda política cultural que se almeja harmônica com as necessidades e desejos de grupos. Em síntese, o imaginário possui aspectos políticos, pois no embate ideológico e de legitimação de um regime político encontra-se o trabalho de elaboração de um imaginário, através do qual se mobiliza afetivamente as pessoas.

Reforçando a percepção acima citada, José Murilo de Carvalho (1998), em seu livro intitulado *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*, retrata o embate para a construção de imaginários e seus símbolos republicanos, elucidando que, é através do imaginário que se pode atingir “[...] de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo” e continua afirmando que “É nele [no imaginário] que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro” (CARVALHO, 1998, p.10).

O autor ainda realça o entendimento de que o imaginário social se expressa através de utopias e ideologias, mas também através de rito, alegorias, símbolos e mitos. Consequentemente o campo do imaginário também é um campo de luta política e pelo poder, onde se cruzam interesses de grupos sociais e ideologias.

Nessa perspectiva, Patrick Charaudeau (2005), um dos autores da análise do discurso de linha francesa, analisa que a semiotização do discurso ocorre por meio de dois processos, o da transformação, referindo-se à ação de um sujeito falante de significar o mundo; e o de transação, que se concretiza em uma troca com outro sujeito.

Há alguns tipos de princípios apresentados pelo autor. Destacamos o princípio de influência – que busca compreender o ato de linguagem ligado à sua situação de comunicação, voltado para o outro sujeito da qual se comunica.

Nas palavras de Charaudeau (2005, p. 15) “[...] todo o sujeito que produz um ato de linguagem visa atingir seu parceiro, seja para fazê-lo agir, seja para afetá-lo emocionalmente, seja para orientar seu pensamento”. Desta forma, é possível a compreensão

de que todo discurso é um discurso de poder e há uma busca por impor verdades a respeito de temas específicos.

Nesse sentido, os pronunciamentos de políticos cearenses e, especialmente, fortalezenses, sobre a periferia da nossa capital, por exemplo, tornam-se notáveis ao explorarem dados estatísticos relacionados à violência para auxiliar na construção do imaginário dessas localidades. No entanto, os dados estatísticos também possibilitam o embasamento para um amplo espectro de políticas públicas de inclusão, e, não necessariamente de exclusão.

Considerando a afirmação de Carvalho (1998, p.11) em que, uma vez que se “[...] tenham êxito em atingir o imaginário, podem também plasmar visões de mundo e modelar condutas”. Muitas vezes, essa forma de discursos sugerem tentativas de infundir ao imaginário das pessoas a relevância de intervenções – não raramente autoritárias –, justificando assim seus atos perante a opinião pública.

A cidade de Fortaleza, na tentativa de resolver o problema urbano das favelas, elaborou, em 1973, o Programa Integrado de desfavelamento<sup>1</sup> que, em resumo, propunha a retirada de moradores pobres das áreas centrais da capital cearense vislumbrando, em especial, criar espaço para abertura de avenidas. Programa que se justificava para parte da população, justamente por esse aspecto de discurso e formação de imaginário sobre essas áreas centrais da cidade.

A adoção dessa Política mostra a institucionalização da segregação socioespacial – processo constante de reordenação urbana para atendimento de necessidades de setores sociais específicos. Desta forma, o pobre permanece em estado de exclusão que vão além das condições precárias de moradias e se materializa também na criação de um local determinado para ele, a periferia.

Partindo da percepção da complexidade do imaginário, sua abordagem e característica multidisciplinar, a aplicação dele no domínio da vida social torna-se possível. Associado às constantes mudanças nas sociedades humanas, desde aspectos geográficos, até culturais e sociais, acabam refletindo em transformações de padrões sociais e também em alterações das estruturas e relacionamentos da sociedade.

---

<sup>1</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Programa Integrado de desfavelamento de Fortaleza:** estudo preliminar. Secretaria Municipal de Planejamento. Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza. Fundação do Serviço Social de Fortaleza. Fortaleza, 1973. 28f. Projeto urbano e habitacional da cidade de Fortaleza, criado no início da década de 1970 com o objetivo de extinguir as zonas marginais (favelas) localizadas nas áreas centrais da cidade.

A valorização ou não de algo, o que é lícito ou ilícito, são posicionamentos que se modificam, sendo constituídos historicamente e, portanto, passíveis de serem interpretados (CASTORIADIS, 1995). Essas definições do que deve ser valorizado e tornado lícito são idealizadas em acordo com indivíduos atuantes no sistema que, por sua vez, orientam suas ações nas diversas interações sociais.

Esta ordem que se estabelece ou não, do ponto de vista social, é resultado do compartilhamento do que acontece na interação humana. Percebendo do ponto de vista individual, a identidade se encontra em relação dialética com a sociedade, ou seja, o indivíduo produz e é resultado do sistema social.

A apropriação dos símbolos e configuração do imaginário com objetivos específicos, em função de interesses de determinados grupos sociais possibilita falar em poder simbólico. Pierre Bourdieu (1930-2002) cunhou o termo poder simbólico, expressando os mecanismos de poder e dominação que se disseminam, muitas vezes, de modo imperceptível na dimensão simbólica da vida e que são propagadas através dos discursos e comunicação de maneira geral.

Dessa forma, para o autor, o poder simbólico é “[...] esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe são sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 7-8).

O autor caracteriza ainda o poder simbólico como um “poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica” (BOURDIEU, 1989, p. 9). Em outras palavras, o sentido do mundo pressupõe uma conformidade lógica, uma concepção uniforme que possibilita a concordância entre as inteligências, reafirmando os símbolos como instrumentos de integração social.

Ao descrever as produções simbólicas como instrumentos de dominação, Bourdieu (1989, p. 10) apresenta a tradição marxista que “privilegia as funções políticas dos sistemas simbólicos em detrimento da sua estrutura lógica e da sua função gnosiológica”. Ou seja, este funcionalismo ilustra as produções simbólicas relacionando-as com os interesses das classes dominantes.

O poder simbólico pode se viabilizar enquanto instrumento político de manutenção das desigualdades sociais ao atuar nas estruturas sociais de modo a sedimentar a realidade e o sentido imediato do mundo por intermédio dos símbolos – instrumentos de coesão social –, legitimando a dominação.

Como um dos resultados do exercício do poder simbólico, temos a violência simbólica. Uma forma de violência simbólica é a manipulação que é possível por meio de um conjunto de representações simbólicas que legitimam a própria dominação.

Dessa maneira, compreendemos que a manipulação é ideológica e, que se relaciona com a produção da verdade e do sentido de realidade de determinado grupo social.

Na obra *O Poder Simbólico*, Pierre Bourdieu (1989) ressalta o uso da comunicação como instrumento de dominação usado por uma classe dominante. Pois bem, ao discurso atribui-se uma intencionalidade, sendo compreendida pelos membros de uma mesma classe, ou seja, “a cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os membros e distinguindo-os das outras classes)” (BOURDIEU, 1989, p. 10).

A partir dessa compreensão percebemos o desenvolvimento do conceito de distinção, dado que a relação dialógica inserida em um grupo faz com que seus integrantes interajam a partir de interesses comuns. A mesma cultura que agrupa através da comunicação separa como instrumento de diferenciação entre membros da sociedade, o que acaba legitimando as hierarquizações, tornando óbvia a diferença sociocultural.

Nas relações de interação e comunicação entre grupos, tende-se a considerar os membros que participam desse grupo, quais seus interesses e perspectivas, se estes possuem acesso aos instrumentos linguísticos para serem incluídos – ou não – na dinâmica social. Dessa forma, para Bourdieu (1989, p.55):

O espaço de interação funciona como uma situação de mercado linguístico, que tem características conjunturais cujos princípios podemos destacar. Em primeiro lugar, é um espaço pré-construído: a composição social do grupo está antecipadamente determinada. Para compreender o que pode ser dito e sobretudo *o que não pode ser dito* no palco, é preciso conhecer as leis de formação do grupo dos locutores – é preciso saber quem é excluído e quem se exclui.

As atuais instâncias política, midiática e cidadã (re) produzem discursos antagônicos que propiciam a discussão de questões relacionadas aos efeitos, pretendidos ou não, do fazer político e seu alcance social.

No cenário global atual, discute-se uma “recessão democrática”, abordada por autores como Steven Levistky e Daniel Ziblatt no livro *Como as democracias morrem*, assim como por David Runciman em *Como a democracia chega ao fim*, ambos os títulos publicados em 2018 no Brasil.

Não se pretende aqui uma explanação detalhada sobre cada um dos livros, mas em linhas gerais, uma causa apontada para essa recessão é a conjuntura atual, em que a população

está desencantada com a democracia liberal das últimas décadas e voltam-se aos líderes e partidos autoritários de direita.

Para o historiador americano Mark Bray<sup>2</sup> (1982), especialista em direitos humanos, o terrorismo e radicalismo político na Europa Moderna reforça que “o fascismo e o nazismo emergiram como clamores emocionais, antirracionais, fundados em promessas másculas de renovação do vigor nacional” (BRAY, 2018).

O autor pontua que o fascismo funciona como “último recurso do capitalismo ameaçado” (BRAY, 2018), embora não reduza apenas a isso. Esta colocação auxilia a ideia de que a sociedade capitalista deve obrigatoriamente conservar algumas relações a fim de continuar validando o capitalismo.

Essas relações são as formas sociais, as básicas são a forma mercadoria, a forma dinheiro, a forma Estado e a forma jurídica. Segundo Leandro Mascaro (2013 *apud* GARDUCCI, 2013), a forma mercadoria é elementar para o modo de produção capitalista.

O capitalismo se manifesta através de trocas de mercadorias para a geração de dinheiro, tornando necessário que os sujeitos que possuem a mercadoria sejam considerados livres e em situação de igualdade – um sujeito de direitos – atribuindo a esses indivíduos a autonomia para que realizem contratos de compra e vendas.

Sendo assim, temos aqui as três formas anteriormente citadas: a forma mercadoria, a forma dinheiro e a forma jurídica. Ainda de acordo com Mascaro (2013 *apud* Garducci, 2013), a forma política estatal se caracteriza como uma unidade de poder distinta dos agentes econômicos tendo condições de manter a ordem social.

Essa ordem pode ser obtida diante de uso sistemático da força e/ou criação de consensos de natureza ideológica sobre o funcionamento da sociedade.

Retornando ao pensamento de Bourdieu (1989), a manipulação através do discurso resulta em efeitos na esfera social, conforme pode ser observado atualmente no cenário político brasileiro, onde se propaga discurso de ódio e vem alimentando um fascismo à brasileira.

Bourdieu (1989, p. 10-11) considera que os sistemas simbólicos podem caracterizar-se como uma ideologia quando exercem imposição e legitimam a dominação, servindo a interesses de grupos específicos da sociedade.

---

<sup>2</sup> Texto publicado pela Revista Serrote em 2018, intitulado *Cinco lições de histórias para antifascistas*, retirado do seu livro *Antifa: The Anti-Fascist Handbook*, lançado em agosto de 2017 nos Estados Unidos.

Consequentemente se viabiliza uma luta simbólica entre grupos sociais que divergem e buscam ditar a visão de mundo que mais se adequa aos seus interesses. A visão econômica da chamada “nova direita” concentra seu olhar no desmonte do Estado, mas naquele Estado que, para eles, concede “muitos direitos” a pessoas ou grupos “errados”.

Na perspectiva de reflexão dessas dinâmicas sociais que transformam e prevalecem na cidade, ressalta-se a necessidade de estudar a memória de grupos humanos que a caracterizam e os atos de esquecer e lembrar que criam e (re) constroem personagens, lugares e situações neste ambiente.

Explorar os elementos que constroem e compõem a memória se apresenta com grande relevância, pois ela está intimamente relacionada ao processo de construção da identidade, em seu aspecto coletivo e individual.

Em linhas gerais, Michael Pollak (1989) enfatiza a memória como essencial na percepção de si e dos outros, portanto, sua constituição resulta de um trabalho de organização e seleção do que é considerado relevante para o sentimento de unicidade, de continuidade e de coerência, ou seja, de identidade.

Constituindo-se a memória como propícia para estudarmos o imaginário e a constante reformulação das identidades, devemos estabelecer condições para favorecer sentido à nossa narrativa histórica e, através delas, damos sentido para as relações sócio-político-culturais, que têm influência na formação tanto de uma memória coletiva, quanto de imaginários sociais.

## 2.1 MEMÓRIAS NÃO SÃO SÓ MEMÓRIAS

Ao iniciarmos na compreensão do termo “memória” vislumbramos muitos significados. No entanto, há um lugar comum nesse primeiro entendimento, pois quase sempre remetemos empiricamente à ideia de recordação de pessoas, acontecimentos, lugares, cheiros, etc.

A memória vai além de um percurso a ser percorrido para se lembrar de algo do passado. Ela é o que forja e define os indivíduos enquanto cidadãos, participantes de uma cultura e história enquanto sociedade.

Para a compreensão do conceito de memória, tomaremos como ponto de partida a correlação complexa e mutuamente enriquecedora existente entre ela e a História. Apesar de recorrente confusão na compreensão de História e memória, vale a ressalva de que são

entendimentos distintos e geram espaços de saber diferentes, tal qual propunha Maurice Halbwachs, em meados do século XX.

Da perspectiva de Saulo Goulart (2017), doutor e pesquisador em História pela Unicamp, o entendimento de “presente” e de “passado” são fundamentais para a memória e para a ideia de História, uma vez que as duas irão passar por esses recortes, pois permitem a compreensão de tempo e, sem esta ideia, nós não temos consciência temporal (GOULART, 2017).

Essa relação entre memória e história é reforçada pelo historiador francês Jacques Le Goff (1990) quando evidencia que “Tal como o passado não é a história mas o seu objeto, também a memória não é a história, mas um dos seus objetos e simultaneamente um nível elementar de elaboração histórica” (LE GOFF, 1990, p. 49).

Partindo do pensamento de Le Goff (1990), compreendemos que, embora os conceitos de História e memória dialoguem e sejam fonte uma para a outra, são caracterizados de formas distintas.

Em termos gerais, a História faz uso da memória, mas se distingue da memória por sua característica acadêmica sendo compreendida por Marc Bloch (1941-42, p. 32-33 *apud* LE GOFF, 1990, p. 23) “a ciência dos homens no tempo”, pretendendo com isso destacar características da História, entre elas, o seu caráter humano que permite fazer uma análise crítica do passado e compreender o “passado pelo presente” (BLOCH, 1941, p. 44-50 *apud* LE GOFF, 1990, p. 23).

Na definição de Émile Callot (1962, p. 32 *apud* LE GOFF, 1990, p. 24), história é “uma narração inteligível de um passado definitivamente esgotado”. Desta forma entendemos melhor a relação de passado como uma construção e reinterpretação constante e o futuro enquanto parte integrante e significativa da história.

Em suma, Le Goff (1990, p. 25-26) defende que a História é “ciência do passado, com a condição de saber que este passado se torna objeto da história, por uma reconstrução incessantemente resposta em causa” e prossegue que “esta interação entre passado e presente é aquilo que se chamou da função social do passado ou da história” (LE GOFF, 1990, p.25-26). A História se utiliza da memória e podemos compreender que a memória também pode ser utilizada para a reconstrução de fatos históricos partindo de ressignificações individuais.

A memória, por sua vez, não se configura como simples conjunto de dados que recebemos passivamente e de forma objetiva. Mais importante do que coletar dados da memória é analisar seus processos de construção e isso implica em ver quem são os atores sociais distintos, incluindo os marginalizados e excluídos.

Em seus estudos sobre memória, Chauí (2006) compreende a memória em duas dimensões: pessoal e coletiva, sendo a primeira interior ao sujeito e a segunda dimensão se relaciona à história da sociedade, do povo, podendo ser materializada em documentos, monumentos e etc.

O pensamento de Chauí nos remete ao sociólogo francês Maurice Halbwachs (1877-1945) e sua pesquisa sobre memória, onde o autor destaca a existência de memórias individuais e coletivas e afirma que os homens possuem os dois tipos de memórias.

Um ponto chave do conceito de memória coletiva levantado por Halbwachs (1925 *apud* DUVIGNAUD, 1990), filósofo e sociólogo francês, é a noção de marco ou quadro social. As nossas memórias individuais estão sempre marcadas socialmente, ou seja, o que a gente lembra está conectado com a sociedade que a gente vive e marcos sociais que estão ao nosso redor.

Segundo Halbwachs (1925 *apud* DUVIGNAUD, 1990, p. 9-10), “é impossível conceber o problema da evocação e da localização das lembranças se não tomarmos para ponto de aplicação os quadros sociais reais [...] referências nesta reconstrução que chamamos memória”.

Aprofundando um pouco nos estudos de Halbwachs (1990) em sua pesquisa, o autor qualifica as memórias como construções de grupos sociais. Em outras palavras, embora tenhamos a percepção de ter vivenciado eventos de forma individual, nossas lembranças permanecem coletivas e podem ser memorados por outros. Ainda segundo o autor:

No primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos acontecimentos e das experiências que concernem ao maior número de seus membros e que resultam quer de sua própria vida, quer de suas relações com os grupos mais próximos, mais frequentemente em contato com ele. [...] Dois seres podem se sentir estreitamente ligados um ao outro e ter em comum todos os pensamentos. Se, em certos momentos, sua vida transcorre em meios diferentes, ainda que eles possam [...] fazer conhecer em detalhes as circunstâncias em que se encontravam quando não estavam em contato; seria necessário que se identificassem um ao outro para que tudo [...] se achasse assimilado em seu pensamento comum (HALBWACHS, 1990, p. 45).

A memória pode ser sobre algo que não foi vivenciado individualmente, mas que é possível se identificar, uma vez que pode ser compartilhada pelo grupo social que se está inserido. Essa identificação pode acontecer por crença política, ideológica, religiosa, identitária e afins.

As lembranças de traumas coletivos que afetam grupos, por exemplo, os “desaparecidos” da ditadura militar brasileira de 1964, são rememoradas pelos membros das famílias afetadas por essas vivências e, gerações posteriores, guardam a memória mesmo sem



ter vivenciado, reforçando a relevância do contexto social na reconstrução da memória coletiva.

Em linhas gerais, para Halbwachs (1990), a lembrança precisa de uma comunidade afetiva – construída através do convívio social com outras pessoas – para ter consistência. Ou seja, para reforçar, enfraquecer e mesmo completar nossa percepção dos acontecimentos é preciso que concordemos, em certo sentido, com as lembranças dos demais membros que compõem o grupo.

Quando ocorre de lembranças individuais invadirem a memória coletiva, estas mudam de aspecto na medida em que “Estamos então tão bem afinados com aqueles que nos cercam, que vibramos em uníssono, e não sabemos mais onde está o ponto de partida das vibrações, em nós ou nos outros” (HALBWACHS, 1990, p. 47).

Portanto, conjuntamente com a memória coletiva, podemos identificar outra, a individual, que pode ser compreendida “um ponto de vista sobre a memória coletiva, que [...] muda segundo as relações que mantenho com outros meios” (HALBWACHS, 1990, p. 51).

Desta forma, memória individual apresenta-se como um aspecto da memória coletiva e pode se alterar de acordo com o lugar em que ocupamos no grupo estando condicionada às relações que mantemos com outros ambientes.

Acontece que, cada grupo social se esforça para a manutenção constante de persuasão junto aos seus membros, sendo necessário senso crítico para discernir o que pensamos aparte dos outros, pois “na medida que cedemos sem resistência a uma sugestão de fora, acreditamos pensar e sentir livremente” (HALBWACHS, 1990, p. 47), favorecendo assim as influências sociais que obedecemos sem ao menos perceber.

Assim posto, interpretamos que a memória coletiva constitui-se de fatos passados que, por sua relevância, adquirem significados, influenciando a vida em grupo, sendo lembrados e servindo como fomento para a reconstrução da memória, suas tradições e modos de vida.

Portanto, é preciso entender as disputas e negociações a respeito dos sentidos do passado, em cenários e grupos distintos. Conforme Le Goff (1990, p. 476), a memória coletiva não é “somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder”.

Este pensamento remete a algumas das ideias abordadas pela obra distópica de George Orwell, intitulada *1984*,<sup>3</sup> em que retrata uma nação controlada por um regime

---

<sup>3</sup>Durante a leitura é possível identificar formas de dominação individual e coletiva, incluindo manipulação de fatos através da edição da memória, pelo Ministério da Verdade. Neste ambiente, o protagonista do livro, Winston Smith, todos os dias edita livros de história, cartas, fotos e quaisquer tipo de documentos a depender da

totalitário, governado por um partido único. O Partido busca o controle total de seus cidadãos, inclusive de seus pensamentos.

Le Goff (1990) defende que através das sociedades cuja memória social é oral, ou que estão construindo memória coletiva escrita, é possível compreender a luta pela dominação da recordação e tradição. Toda narrativa do passado é uma seleção e, na constituição da memória coletiva, tão importante quanto às lembranças são os esquecimentos.

Desta forma, Le Goff (1990, p. 425) apresenta que “[...] a amnésia é não só uma perturbação no indivíduo, [...] mas também a falta ou a perda, voluntária ou involuntária, da memória coletiva nos povos e nas nações que pode determinar perturbações graves da identidade coletiva”.

A memória é seletiva, pois uma memória completa é impossível e isso implica na existência de esquecimento necessário, orgânico, com diferentes sentidos, daquilo que os indivíduos não conseguem reter.

Sendo assim, a construção da memória perpassa por escolhas entre eventos do passado que certo grupo acredita que deva ser lembrado e, quando essa escolha é feita, o grupo acaba ocultando e deixando os demais eventos no esquecimento.

De acordo com Lin (2007 *apud* ALCARÁ *et al*, 2009), o compartilhamento do conhecimento pode ser definido como uma cultura de interação social em que ocorre a troca de conhecimentos, experiências e habilidades.

Esse processo associa-se à característica humana de compreender, representar e registrar as experiências vivenciadas com o objetivo de partilhar com seus semelhantes, informações sobre suas vivências em um mesmo universo.

De certo modo, as sociedades têm necessidade de alimentarem sua procura de identidade, e a memória tem poder muito forte na construção de identidades de grupos ressaltando os elementos pelos quais os indivíduos se veem como parte de um coletivo, muitas vezes em detrimento de quem não é visto como parte do grupo.

Cohen (1998 *apud* ALCARÁ *et al*, 2009) ressalta que, implicitamente ao ato de compartilhar informações, encontra-se o sentimento de reciprocidade. Também inerente ao compartilhamento de informações encontra-se o fator que leva alguém a se sentir parte integrante de uma comunidade, em outras palavras, para que um indivíduo faça parte de uma comunidade, ele deve compartilhar com os demais membros.

Afirmando essa estreita relação entre a memória e identidade, Pollak (1992) assinala que a memória é essencial na percepção de si e dos outros. Ela acaba por resultar em um trabalho de organização e de seleção daquilo que é importante para o sentimento de unidade e de coerência, ou seja, de identidade.

Para Pollak (1992, p. 204), "[...] a memória é um fenômeno construído social e individualmente" e segue afirmando que há uma "ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade". Ainda segundo o autor, podemos definir o sentimento de identidade como:

[...] o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que a pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ele constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também ser percebida da maneira como que ser percebida pelos outros. (POLLAK, 1992, p. 204).

Compreendemos assim que, a memória se caracteriza como elemento que constitui o sentimento de identidade de forma individual e também coletiva, a sua preservação é fundamental para a construção da identidade cultural de um povo e de um indivíduo.

A memória coletiva possibilita que o indivíduo se reconheça nos seus ambientes e seja capaz de se perceber como construtor de sua própria história. Motivado pela necessidade latente de compartilhar informações, o ser humano se propôs a procurar novos recursos – as memórias artificiais – como forma de compensar o esquecimento.

Partindo desse ponto houve o favorecimento da (re) produção e resgate de memórias que considerada como um direito fundamental, em que o cidadão exerce seu poder subjetivo para acesso, uso e transmissão de sua história, seu passado e da coletividade que faz parte (LEAL; RAMOS, 2012).

## 2.2 DINÂMICAS DA CIDADE E MEMÓRIA

Retornando a compreensão do imaginário e sua aplicação no domínio da vida social, assim como seus aspectos políticos, defendido por Carvalho (1998, p. 10), "A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político", é possível identificá-lo dentro das dinâmicas da cidade.

Apoiando-se na perspectiva de que a cidade forma e é formada por seus habitantes, se exige, portanto a necessidade de compreensão mútua tanto da cidade quanto dos seus próprios habitantes, conforme assinalam as antropólogas Eckert e Rocha (2006, p. 457) "[...] se somos a cidade, a cidade é o nosso contexto. [...] Não reagimos a ela apenas

psicologicamente (sem negligenciarmos aqui esse aspecto), mas comunicativamente, cultural, social e historicamente".

Meneses (1984, p. 199) destaca a cidade como “artefato, [...] segmento do universo material socialmente apropriado” e continua que, enquanto artefato “é, ao mesmo tempo, produto e vetor das relações sociais. Assim, a cidade é também lugar onde agem forças múltiplas: produtivas, territoriais, de formação e pressões sociais etc” (MENESES, 1984, p. 199).

Assim, a cidade apresenta-se em sua dimensão espacial, percebida por meio de um processo socioeconômico enquanto território, onde ocorre processo de produção do capital e, conseqüentemente, relações capitalistas e suas derivações – enfrentamento de classes sociais com processo de dominação/subordinação.

A imagem da cidade “inclui o universo de valores, aspirações, legitimações, critérios de inteligibilidade” (MENESES, 1984, p. 199), portanto, ela é cenário desse processo simbólico urbano, onde também se renova as formas de ação política em sua esfera estadual, embasado também por novos movimentos sociais urbanos, em que os habitantes da cidade são indivíduos socialmente categorizados.

A historiadora brasileira Sandra Pesavento (2007, p.15) relata que o “[...] espaço se transforma em *lugar*, ou seja, portador de um significado e de uma memória”, uma vez que os lugares, sua arquitetura e as cidades formam paisagens simbólicas, cada indivíduo possui livre interpretação baseados em suas experiências, produzindo assim significado ao espaço físico.

As cidades estão crescendo em dimensões físicas e em número e, portanto, se faz necessário que a reflexão sobre a condição desses espaços se intensifique, uma vez que as cidades são espaços de encontro e realização das esferas política, econômica e comunitária, de integração social e debate sobre políticas públicas.

Esses lugares têm a capacidade de provocar relações de afetividade nas pessoas e representar parte de suas narrativas. Na perspectiva de Pierre Nora (1993, p.7), “O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória”.

Pode-se deduzir que, a necessidade latente que a nossa sociedade tem de preservação de sua memória é, de alguma forma, a procura de reconstituição de si mesma, pois esse declínio da memória nos atinge individualmente, mas também a sociedade e a própria cidade.

Reafirmando a ideia de Pollak (1992), que classifica a memória como seletiva, uma vez que não conseguimos registrar tudo e, portanto, ela acaba por sofrer algumas alterações que ocorrem como consequência do momento em que ela está sendo articulada. Com isso pode-se dizer que a memória é construída, podendo ser essa construção consciente ou não.

Cria-se, portanto a necessidade de criar um espaço físico, resultando na fomentação dos chamados “lugares de memória”, como um apoio para um tipo de memória exigida pela sociedade: a memória coletiva. Mesmo que esta não seja universal, permite ao indivíduo acessar um processo de identificação. Esses locais se manifestavam nas mais variadas formas: marcos histórico, festas, museus, bibliotecas, arquivos, todos se caracterizam como símbolos de coletividade, de comemoração – mesmo que inconsciente – da memória.

E sobrevivem do entendimento de que é preciso manter rituais – as celebrações, criação de arquivos, registros – uma vez que não há memória espontânea (NORA, 1993) e é preciso rememorar e reivindicar a memória coletiva.

Pierre Nora (1993) defende que a memória não existe e que ela é revivida e ritualizada como uma tentativa de identificação por parte dos indivíduos e nossa sociedade se utiliza da história para conferir à memória lugares onde pensamos sermos feitos de lembranças “[...] os lugares de memória são, antes de tudo, restos” (NORA, 1993, p. 12).

Ao falar de memória estamos, mesmo que de forma inconsciente, retratando sobre a trajetória humana, suas construções, rastros emocionais, físicos, arquitetônicos, entre outros. Para Pierre Nora (1993, p. 9) “[...] há tantas memórias quantos grupos existem. Que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada”.

Portanto, compreendemos que a memória não é constituída apenas como uma cópia do passado, uma vez que os acontecimentos não se apresentam à memória como formas perfeitamente delimitadas. No instante em que são solicitadas, durante o ato de recordar, as lembranças se unem a outros elementos e estes, por sua vez, as tornam distintas.

Pierre Nora (1993) caracteriza os lugares de memória com sentido material, simbólico e funcional, coexistindo, no entanto com intensidades diferentes, de forma que:

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança. (NORA, 1993, p. 21-22).

Admitindo a noção proposta por Rousso (1998) que, no sentido primeiro, a memória é a presença do passado, ela é também uma construção psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, que nunca é somente aquela do indivíduo, mas de um indivíduo inserido em um contexto familiar, social e nacional.

Portanto, preservar a memória de um povo é também preservar a memória de uma cidade, de um estado, de um país, de um conjunto de vivências que interagem sem perder a singularidade, mas que se constroem mutuamente, tendo um pouco do todo construído em cada parte que o constitui.

O debate sobre o desenho do espaço urbano é relevante à medida que a cidade compõe-se como espaço de disputa política, de memórias e esquecimentos, arena de embate sobre o imaginário social, vista como “forma, cujas forças sociais ali refletem a sua imagem bem como se interagem numa teia de relações cotidianas” (NASCIMENTO, 2009, p. 9).

O desenho etnocêntrico do espaço urbano perpassa pelo controle social, se estendendo ao espaço físico e humano. Entender o processo de formação dos espaços periféricos da cidade de Fortaleza se faz necessário, pois tem relação com a disputa da afirmação identitária de uma grande parcela da população que, muitas vezes, se encontra à margem das reivindicações sociais e políticas.

A construção social dos territórios perpassa o processo de ocupação humana, suas manifestações culturais, artísticas, sua identidade. Desta forma, o trabalho das políticas públicas precisa se ocupar dessa visão de território. Cada território tem seu valor e o olhar de quem vive ali precisa ser considerado.

Vivenciamos, principalmente durante o século XX, uma grande migração de população de baixa renda para a Capital. Esse movimento foi motivado pelos problemas climáticos do Ceará aliado a instalação de indústrias.

De acordo com Jucá (2003), essa população construía casebres em localidades como a orla marítima central, e foram expandindo-se e sendo estigmatizadas. Também faz parte da nossa história urbana a criação de Campos de Concentração, que, segundo Rios (2001), faziam parte de uma estratégia política de isolamento dos retirantes e, portanto eram “[...] construídos próximos aos bairros pobres da cidade”.

Fazendo assim, uma nítida distinção geográfica entre as classes sociais originando esse espaço denominado favela que, na concepção de Suzana Pasternak (2008) origina-se do nome de um arbusto encontrado em morros da Bahia e que passou a identificar o habitat pobre e de ocupação irregular.

Essa ocupação irregular é, em sua maioria, identificada por uma desordem da estrutura espacial da cidade, “[...] com ruas que responde a um plano, com casas numeradas e espaços de moradias fixos” (FERNÁNDEZ, 2006, p. 102).

Desta forma, estes espaços acabam se caracterizando como pouco suscetível a uma estratégia disciplinar. Richard Sennet (2001, p. 149 *apud* FERNÁNDEZ, 2006, p. 104) apresenta a estrutura da cidade racionalizada enquanto organiza o espaço, dividindo-o conforme as afinidades básicas, auxiliando na criação de uma falsa homogeneidade.

Assim, os significados “emanam do poder, a segregação garante a estabilidade dos preconceitos, em especial naquilo que diz respeito a alguém que não participe da identidade proposta centralmente” (FERNÁNDEZ, 2006, p. 104).

Disto isto, vale ressaltar a identidade da cidade percebida como “lugar dotado de uma singularidade que o distingue dos outros, pode ser de modo marcante o resultado e uma construção intelectual” (CORRÊA, 2006, p. 148). Desta maneira, a identidade cultural do lugar se expressa de várias formas relacionadas à sua organização social, espacial e política.

O indivíduo pertence à cidade, mas está diretamente relacionado a um imaginário social construído tendo por base o seu Código de Endereçamento Postal (CEP), se muito o tiver. Pasternak (2008 *apud* SANTOS, 1980, p. 75) defende que “[...] a favela não reúne todos os pobres de uma cidade, e nem todos os que nela vivem podem ser definidos segundo os mesmos critérios de pobreza [...]”. Na medida em que são atribuídos múltiplos sentidos à espacialidade da cidade – incorporados em uma dinâmica de caos e ordem – a cidade se espalha por uma imensa superfície, onde aparenta relativa uniformidade e ordenação física, ao mesmo tempo em que é contestada por grupos sociais que tentam entrelaçar-se e moldar seus territórios.

Na visão de Haesbaert (2006, p. 93), “Todo grupo se define essencialmente pelas ligações que estabelece no tempo, tecendo seus laços de identidade na história e no espaço, apropriando-se de um território (concentro e/ou simbólico), onde se distribuem os marcos que orientam suas práticas sociais”

Desta forma, é possível relacionar o crescimento socialmente desigual do espaço urbano ao aumento de novos segmentos sociais, originados pelo processo cultural, econômico e político da cidade. Na concepção de Haesbaert (2006, p. 94):

Somos habitantes desta confusa rede metropolitana, mas forjamos uma cartografia particular de seu traçado. Nossos roteiros e deslocamentos se inscrevem em um intrincado jogo de disputas, proibições e limites espaciais. Há lugares de passagem, há os de permanência, há também os horários convenientes e os espaços completamente proibidos ou vedados.

Cada grupo social faz uso de seus signos ao se deslocar na cidade, seja através do vestuário, da fala, dos gestos ou mesmo através das aspirações sociais, se torna possível desconectar o indivíduo ou grupo de outro espaço que ele reivindica ocupar e participar. Os códigos sociais conversam com os territórios urbanos.

Esta compreensão implica diretamente e especialmente no deslocamento dos indivíduos deixados à margem pela cidade, pois “grupos que detêm algum tipo de privilégio social [...] não necessariamente restringem seu confinamento a determinados sítios espaciais” (HAESBAERT, 2006, p. 94).

O meio urbano nas metrópoles e grandes centros acabam por afastar as pessoas, seja por seus afazeres do dia a dia seja pelo sentimento de medo. Para Haesbaert (2006, p. 97), “A vida moderna, do cidadão moderno, daquele que, por ter espaço nesta cidade, pode exercer sua efetiva cidadania, foi-se encastelando cada vez mais”, fazendo, por exemplo, com que práticas antes comuns – sentar nas calçadas, frequentar praças, etc. – se tornassem cada vez mais raras.

A cidade se constitui por um território complexo e, por ser um espaço que proporciona a constituição de diversos grupos, é de se esperar que existam constantes disputas que constituem as dinâmicas sociais. Hoje os condomínios impõem limites – isolados com seus semelhantes, seguros do estranho, do outro – como elevando essas zonas territoriais com intuito de manter o domínio de seus signos de identidades.

Por outro lado, o sociólogo brasileiro José de Souza Martins (1997, p. 14 *apud* HAESBAERT, 2007), ao explicitar o conceito de exclusão no sentido estritamente social, escolhe utilizar a expressão “inclusão precária” no lugar de exclusão social. Ao propor uma percepção não economicista do fenômeno, o autor compreende que não há exclusão:

[...] existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes; existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal-estar, sua revolta, suas esperanças, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva. Essas reações [...] constituem o imponderável de tais sistemas, fazem parte deles ainda que os negando. (MARTINS, 1997, p. 14 *apud* HAESBAERT, 2007, p. 316).

Tendo em vista as distintas relações de poder que se materializam no território, é possível deduzir que há disputa quanto ao seu uso e apropriação - partindo de interesses divergentes quanto ao uso. Formando ponto de equilíbrio entre as áreas de condomínios fechados e os locais da cidade de inclusão precária, espaços da cidade ainda efetivamente



comuns, públicos - ruas, praças, equipamentos culturais - se tornam objetos de estratégias de ocupação e domínio.

Em meio a esses conflitos, o Estado aparece como grande mediador no sentido de viabilizar mecanismos em busca do melhor resultado aos conflitos apresentados e, quando se reconhece sua relação simbiótica com o território uma estratégia para tal mediação acontece através do estabelecimento de Políticas Públicas.

### 3 ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS

A função que o Estado desempenha em nossa sociedade passou por diversas transformações. Mais do que o seu desenrolar histórico, o Estado é estudado em suas estruturas, elementos constitutivos, mecanismos, funções, etc., considerando sua complexidade em si mesmo e nas relações com outros sistemas.

De acordo com Bobbio (1987), o Estado pode ser discutido de diferentes maneiras. Através do ponto de vista jurídico, concebe-se “[...] Estado como Estado de direito, como Estado concebido principalmente como órgão de produção jurídica e, no seu conjunto, como ordenamento jurídico” (BOBBIO, 1987, p. 56).

Sob outra perspectiva, essa concepção do Estado não permite esquecer que o “Estado era também, através do direito, uma forma de organização social e que, como tal, não podia ser dissociado da sociedade e das relações sociais subjacentes” (BOBBIO, 1987, p. 56).

Não desconsiderando o Estado enquanto ordenamento jurídico – entendendo-o como um aspecto do Estado –, ressalta-se o ponto de vista sociológico, o que permite diálogo, a ser apresentado posteriormente, sobre territorialidades.

Ainda segundo Bobbio (1987), a partir de uma concepção mais estreita, o Estado é compreendido precisamente como Estado moderno, definido na concepção weberiana, “mediante dois elementos constitutivos: a presença de um aparato administrativo com a função de prover a prestação de serviços públicos e o monopólio legítimo da força” (BOBBIO, 1987, p. 69).

De acordo com o autor, quando se refere à organização política, falar em Estado “implica a ideia de poder sobre um determinado território” (BOBBIO, 2012, p. 72). Dar respostas às demandas da sociedade e, através delas reverberar transformações do ambiente social, resultando em novas demandas em um processo contínuo é um ponto de vista que se estabeleceu nos últimos anos. Para o autor, essa representação sistêmica do Estado em que “a relação entre o conjunto das instituições políticas e o sistema social no seu todo é representada como uma relação demanda-resposta” (BOBBIO, 1987, p. 60).

Com a expansão da democracia<sup>4</sup>, as atribuições do Estado tornaram-se diversas e, atualmente, pode-se afirmar que é também função do Estado promover o bem-estar social.

---

<sup>4</sup>Da idade clássica a hoje, o termo “democracia” foi sempre empregado para designar uma das formas de governo, ou melhor, um dos diversos modos com que pode ser exercido o poder político. Especificamente, designa a forma de governo na qual o poder político é exercido pelo povo (BOBBIO, 1987, p. 135).

Portanto, ele necessariamente precisa desenvolver ações de forma a atuar diretamente em diversas frentes, tais como educação, cultura, saúde, meio ambiente.

As ações do Estado devem visualizar o bem estar da sociedade, sendo comum aos governos utilizar-se das Políticas Públicas realizadas com recursos públicos. A discussão sobre o tema de política pública requer o entendimento do desafio inicial que é defini-la. Celina Souza (2006) faz uma relação de vários pesquisadores e definições de políticas públicas defendidas por eles, apresentando a de abordagem Lynn (1980); Mead (1995); Peters (1986); e Dye (1984).

A autora constata que não há uma melhor definição de política pública (SOUZA, 2006). Desta forma, através de leituras realizadas, podemos compreendê-la através da perspectiva política, como processo de decisão em que há conflito de interesses e impactam diretamente na vida dos cidadãos; na visão administrativa, na construção de programas, projetos e atividades realizadas pelo governo com efeitos específicos; ou ainda, enquanto campo de estudo da política que faz análise do governo.

A compreensão adotada de que as Políticas Públicas resultam de “ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público.” (LOPES; AMARAL; CALDAS, 2008, p. 5).

Ao buscar definir política pública, faz-se necessário não desconsiderar sua perspectiva holística – em que a totalidade é mais importante do que as partes somadas – e que indivíduos, instituições e interesses devem ser considerados, mesmo havendo desacordo sobre a importância destes fatores, uma vez que as políticas públicas “repercutem na economia e nas sociedades” (SOUZA, 2006, p.25).

Pode-se compreender que, em governos democráticos, as políticas públicas são traduzidas em “seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real” (SOUZA, 2006, p.26). Portanto, entender qual o papel dos governos na definição e implantação de políticas públicas é de extrema relevância.

A visão do Estado, enquanto agente que se orienta apenas como reflexo das pressões de grupos de interesses, ou Estado norteado por classes dominantes, entre outros motivos, pois não tem com ela, as classes dominantes, uma relação de instrumentalidade.

Aproximação da perspectiva teórica de que “[...] a instituição uma vez estabelecida parece autonomizar-se, que ela possuiu uma inércia e sua lógica própria ultrapassa, em sua sobrevivência e nos seus efeitos, sua função, suas ‘finalidades’ e suas ‘razões de ser’” (CASTORIADIS, 1995, p.133), em que, mesmo dentro de um ambiente de atuação, permitam-se influências externas.

Dito isto, compreende-se que esse conjunto de decisões e ações públicas é cabível aos governantes, mas podem (e devem) ter como colaboradores ativos indivíduos da coletividade que são alcançados pelas iniciativas.

É possível dizer, conforme Souza (2006), que as políticas públicas se relacionam ao jogo político, à sociedade política e às instituições em que as políticas são formuladas. Assim, torna-se instrumento ativo na busca por solucionar situações sociais problemáticas, de forma a atingir o bem estar social.

Essas políticas públicas, no entanto, “[...] não são o resultado espontâneo do Estado, ao contrário, se trata de um processo de construção social produto da interação entre o Estado e a sociedade que se encontra mediado pela governabilidade” (DEUBEL, 2014 *apud* ERAZO, 2015, p. 201) <sup>5</sup>.

Desta forma, é preciso o reconhecimento do envolvimento de outros segmentos – além dos governos – na formulação de políticas públicas em que, cada segmento tem sua influência a depender do tipo de política formulada e das coalizões que compõem o governo.

Entende-se assim que o processo para a formulação de uma Política Pública perpassa pelo reconhecimento dos diversos interesses e sujeitos que permeiam a disputa por incluir pautas na agenda pública <sup>6</sup>.

A agenda pública pode ser entendida enquanto um agrupamento de problemas, interpretação de causas, símbolos e soluções, que adquirem ou perdem atenção da população e de gestores públicos através da interação entre fatores, como as ideias, grupos sociais, as instituições e o governo (BIRKLAND, 2007 *apud* LOCKS, 2014, p. 46).

A inclusão de assuntos na agenda pública está relacionada aos termos da dinâmica social e política mais do que as condições reais dos problemas, de forma que:

[...] as estratégias que os agentes empregam para levarem a melhor na luta simbólica pelo monopólio da imposição do veredicto [...] são a expressão das relações de força objectivas entre os agentes envolvidos e, mais precisamente, entre os campos diferentes em que eles estão implicados (BOURDIEU, 1989, p.54-55).

Deste modo, desloca-se o foco dos problemas sociais enquanto suas condições objetivas e percebe-se o processo subjetivo de sua definição. Sendo assim, o interesse público nas questões apresentadas é condicional para que recebam atenção social.

---

<sup>5</sup> “[...] no son el resultado espontáneo del Estado, por el contrario, más bien se trata de un proceso de construcción social producto de la interacción entre el Estado y la sociedad que se encuentra mediado por la gobernabilidad” [tradução nossa].

<sup>6</sup> Pode haver temas da esfera pública que não necessariamente fazem parte da agenda pública, a agenda governamental. Para que um tema se transforme em problema público deve entrar na agenda pública e deve ser adotado por algum órgão governamental para que seja motivo de análise das políticas públicas. (FUKS, 2000)

Assim, por exemplo, um aparente crescimento em números de mortes de mulheres não se configura um problema social enquanto estes dados estatísticos não forem reivindicados por grupos que interprete esses crimes como motivado por violência doméstica ou discriminação de gênero.

A disponibilidade de recursos materiais, simbólicos e organizacionais para grupos determinados terão sua porcentagem de responsabilidade no sucesso para a promoção das questões do grupo ser elevadas a um problema social. Considerando a existência de grupos opostos, cada qual na defesa de seus interesses, é possível prever que:

"[...] na sua luta para imporem o veredicto <<imparcial>>, quer dizer, fazerem reconhecer a sua visão como objectiva, dispõem de forças que dependem da sua pertença a campos objectivamente hierarquizados e da sua posição nos campos respectivos" (BOURDIEU, 1989, p.55).

Na oposição, encontram-se grupos que não são organizados e que tem seus assuntos mantidos à margem da agenda pública, em que Bourdieu (1989, p. 55) ressalta que "É preciso pois considerar as taxas de representação das diferentes categorias logo, as probabilidades de acesso ao local da palavra - e, depois, as probabilidades de acesso à palavra".

Essa ausência de demandas de alguns grupos na agenda pública, portanto, pode ser vista como resultado da fragilidade e/ou inexistência de agentes empenhados, tanto como da estratégia eficaz de outros grupos em mantê-los excluí-los dos debates públicos. "A censura mais radical é a ausência" (BOURDIEU, 1989, p.55).

Em se tratando de um Estado democrático, espera-se uma agenda que reflita os anseios sociais, assim como a manutenção e incentivo da participação política da sociedade civil. Uma dessas formas, visando, inclusive, integrar uma agenda internacional de participação social, o Governo Federal lançou o Decreto Nº 8.243, de 23 de maio de 2014 – durante o governo Dilma Rousseff (PT) – que institui a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS).

A PNPS visava orientar órgãos e entidades administrativas da esfera federal sobre a utilização eficiente das instâncias e mecanismos de participação social, visando consolidar a democracia participativa no país.

Porém, é válido ressaltar que, após iniciar a tramitação do Decreto Nº 8.243, ele foi alvo de polêmica entre deputados e senadores, revelando conflitos - naturais ao processo democrático – relacionados aos interesses de grupos. (SIQUEIRA, 2014). Por fim, o Decreto

acima mencionado foi revogado pelo atual presidente Jair Bolsonaro (PSL), através do Decreto nº 9.759, de 2019. (BRASIL, 2019b).

Tais compreensões relacionadas às políticas públicas e seus embates, nos possibilita reconhecer a relevância da participação da sociedade em tencionar ações que visem o bem estar social.

Considerando as três frentes de ações dos movimentos sociais apresentados por Glória Gohn (2008) – ressaltando-se que essa divisão se apresenta para fins didáticos – sendo a primeira delas a de movimentos identitários que “lutam por direitos sociais, econômicos, políticos, e mais recentemente, culturais” (GOHN, 2008).

E se caracterizam por pertencerem majoritariamente às camadas populares, conforme exemplifica a autora quando diz que “Podem-se incluir, nesse formato, as lutas das mulheres, dos afro-descendentes, dos índios, [...] dos novos direitos culturais construídos a partir de princípios territoriais [...], e de pertencimentos identitários coletivos” (Gohn, 2008, p.440).

A segunda frente de ação destacada pela autora são os movimentos de luta por condições de vida e trabalho melhores, em meio urbano e rural e, por último, a frente dos movimentos globais, sendo responsáveis pela articulação e globalização de muitos movimentos sociais locais, regionais, nacionais ou transnacionais. (GOHN, 2008).

Ainda tratando de conceituação, Gohn (2008, p. 448) defende que a mobilização social é “um processo político e cultural presente em todas as formas de organização das ações coletivas”.

Para Toro e Werneck (2007), a mobilização social apresenta-se através da participação ativa do cidadão, da empresa, da organização social nos acontecimentos da nossa sociedade. Sendo assim, essa mobilização apresenta-se como instrumento para reunir indivíduos na ação de mudança da realidade onde vivem.

Outro sentido de mobilização social apresentado por Gohn (2008, p. 448) refere-se a

atividades que visam à mudança de comportamentos ou adesão a dados programas ou projetos sociais. Mobilização social, nessa última acepção, envolve uma série de processos” se articulando com o termo de mobilidade social enquanto “mudança de comportamento, aquisição de novos valores, acesso a meios de inclusão social, etc.

Remetendo-se ao sentido de participação social, aqui compreendido como espaço em construção para a conquista da cidadania enquanto resultado de uma relação de forças de

classe, onde se articulam diferentes sujeitos com seus processos sociais, políticos, econômicos, culturais, administrativos, que envolvem seus interesses.

A participação social é de extrema importância em todas as áreas das políticas públicas, pois a democracia<sup>7</sup> torna-se viável através dos processos participativos que caracterizam os direitos sociais.

Quando vislumbramos a história do pensamento político, Bobbio (1987, p. 155) defende a perspectiva de que “O processo de alargamento da democracia na sociedade contemporânea [...], através da extensão da democratização”.

Este alargamento permite aos indivíduos manifestar interesse na participação em deliberações para o corpo coletivo, sendo, este, distinto daqueles corpos políticos, ou seja, passa-se de uma democracia na esfera política para uma democracia na esfera social, fazendo com que o indivíduo seja visto na sua multiplicidade de seu *status*.

Como consequência, Bobbio (1987) entende que, esse desenvolvimento da democracia deve ser percebido como a ocupação de novos espaços anteriormente influenciados por organizações burocráticas ou hierárquicas.

Tendo consciência do direito à participação política, torna-se cada vez mais visível ao cidadão perceber que “a esfera política está por sua vez incluída numa esfera muito mais ampla, a esfera da sociedade em seu conjunto, e que não existe decisão política que não esteja condicionada ou inclusive determinada por aquilo que acontece na sociedade civil” (BOBBIO, 1987, p. 156).

Estendendo ainda a discussão sobre o significado de democracia, Bobbio (1987) reitera a percepção da democracia como forma de governo, mas também como regime caracterizado pelos fins e valores que grupos políticos operam.

Desta compreensão, adota-se a igualdade como uma forma de distinguir regime democrático de um não democrático. Esta igualdade além da jurídica, mas a igualdade social e econômica. Assim, se diferencia a democracia formal – forma de governo – da democracia substancial – conteúdo da forma de governo (BOBBIO, 1987).

Essas duas interpretações juntas inspiram um ideal igualitário que a legitimidade histórica contesta a possibilidade, pois “[...] o único ponto sobre o qual um e outro poderiam concordar é que uma democracia perfeita deveria ser ao mesmo tempo formal e substancial.

---

<sup>7</sup> “Considerar o conceito de democracia como parte de um sistema mais amplo de conceitos permite dividir o tratamento seguindo os diversos usos a que a teoria das formas de governo foi destinada, ao longo do tempo e segundo diversos autores” (BOBBIO, 1987, p.135).

Mas um regime deste gênero pertence, até agora, ao gênero dos futuríveis” (BOBBIO, 1987, p. 158).

Distantes da aplicação desta “democracia perfeita” e, tornando-se um marco no processo de redemocratização do Brasil, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é a lei fundamental e suprema do país sendo parâmetro para validar as demais normativas.

Pode-se a partir de garantias sociais expostas na Constituição atribuir ao Estado a garantia ao pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, desta forma, todo cidadão brasileiro deve ter direito à cultura.

Os direitos culturais são parte integrante dos direitos humanos, os quais são universais, indissociáveis e interdependentes (UNESCO, 2001, p. 3). E o acesso a esses direitos é de responsabilidade do Estado em todas as suas esferas.

Para uma compreensão de cultura<sup>8</sup> recorreremos à definição da Organização das Nações Unidas para a Ciência, a Educação e a Cultura (UNESCO, 2001) de que:

[...] a cultura deve ser considerada como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afectivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as formas de viver em comunidade, os sistemas de valores, as tradições e as crenças. (UNESCO, 2001, p. 1)

Dito isto, a cultura pode ser explorada por vários olhares, pois seu conceito é amplo e engloba diversos significados. Trataremos a seguir da perspectiva da cultura enquanto política pública, ao constatar que ela “se encontra no centro dos debates contemporâneos sobre a identidade, a coesão social e o desenvolvimento de uma economia fundada no saber” (UNESCO, 2001, p. 1).

### 3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS

Envolta de dois conceitos amplos por si só: Cultura e Política, a delimitação do conceito de políticas culturais se torna complexo, conforme Coelho Netto (1997) a sua terminologia tem oscilado à deriva. No entanto, Coelho Netto (1997, p. 9) apresenta o viés da política cultural “como uma ciência da organização das estruturas culturais”.

---

<sup>8</sup> Definição em consonância com as conclusões da Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais (MONDIACULT, México, 1982), da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento (A Nossa Diversidade Criativa, 1995) e da Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento (Estocolmo, 1998).



Quanto à política, em síntese e de forma absolutamente empírica, tendo por base a compreensão apresentada anteriormente sobre políticas públicas, observa-se que as políticas culturais podem ser concebidas como propostas formuladas pela administração pública, organizações não-governamentais e/ou empresas privadas que objetivam propiciar interações na sociedade por meio da cultura.

O autor Coelho Netto (1997, p. 292) corrobora com essa definição afirmando que as iniciativas desses agentes – instituições civis, Estado, entidades privadas ou grupos comunitários – visam “promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável”.

Ainda compreende a política cultural como uma “ciência da organização das estruturas culturais”, que tem como objetivo “o estudo dos diferentes modos de proposição e agenciamento dessas iniciativas, bem como a compreensão de suas significações nos diferentes contextos sociais em que se apresentam” (NETTO, 1997, p.292).

O caráter público das políticas culturais é outro ponto a ser considerado, uma vez que, conforme mencionado anteriormente, está além do aparato institucional do Estado, podendo ser realizadas por outros setores e agentes sociais. Ao alinhar-se para atuar em conjunto, o Estado apresenta um segundo modo das políticas culturais, em que as políticas públicas se mostram como respostas às novas demandas sociais, e de acordo com Coelho Netto (1997, p. 293), “Neste caso, o autor da política cultural não toma propriamente a iniciativa do processo mas limita-se a reagir segundo as reivindicações que lhe são apresentadas.”

Quanto a Cultura, essa palavra utilizada muitas vezes como adjetivo para atribuir maior valor a algo ou alguém, é a manifestação do homem em sociedade. Burke (2006, p. 235) retrata que “cultura era algo que as sociedades tinham (ou, mais exatamente, que alguns grupos em algumas sociedades tinham), embora faltasse a outros”.

Em seu estudo sobre as variedades da história cultural, Burke (2006) apresenta questões, problemas, estudos e definições diversas desta e, dentre as “variedades”. traremos a compreensão de história cultural enquanto “uma tradução cultural da linguagem do passado para o presente” (Burke, 2006, p. 245).

O modelo antropológico de história cultural atual pressupõe o abandono da compreensão de sociedades com e sem cultura, a busca por invalidar o relativismo cultural; resultando na ideia de culturas no plural, atendendo às suas mais variadas representações.

A conceituação de cultura passou por mudanças e ampliações. Williams (1992) observa que ocorreu convergência prática entre o sentido antropológico e sociológico de cultura, por um lado, entendido como “modo de vida global” distinto, dentro do qual se desenvolveu um “sistema de significações” orientando a atividade social.

Na compreensão de Burke (2006), se estende o sentido de cultura com intuito de alcançar maior variedade e, neste sentido, “invoca-se agora a cultura para compreender as mudanças econômicas ou políticas que antes se analisam de maneira mais estreita, interna.” (Burke, 2006, p. 247).

O autor também ressalta a ideia de tradição relacionada à história cultural e, aponta que “as tradições não persistem automaticamente, por inércia” (Burke, 2006, p. 248), tornando aberta a discussão para o conceito de reprodução cultural apresentado por autores como Bourdieu (1970) e Louis Althusser (1971), em que Burke (2006) assume uma desvantagem do termo, pois entende que ela sugere uma simples “cópia exata ou mecânica” (Burke, 2006, p. 248).

Em contrapartida ao termo “reprodução cultural”, Burke (2006) menciona o antropólogo-historiador Michel de Certeau, teórico da recepção – que adapta a ideia da recepção passiva para a criativa, dessa forma:

[...] a ênfase transferiu-se do doador para o receptor, com base em que o que é recebido é sempre diferente do que foi originalmente transmitido, porque os receptores, de maneira consciente ou inconsciente, interpretam e adaptam as idéias, costumes, imagens e tudo o que lhes é oferecido (BURKE, 2006, p. 249).

Segundo Burke (2006, p. 249), muitos historiadores culturais e teóricos culturais clássicos entendem que “a cultura consegue resistir às pressões sociais, ou mesmo que molda a realidade social”. Independente do período em que estamos, discute-se sobre o conceito de cultura e suas variações.

Para além da sua conceituação, conforme assegurado pela Constituição de 1988 e defendido pela (UNESCO, 2001), todos, sem distinção, devem ter seus direitos culturais garantidos. Eagleton (2005, p. 18) defende que o que a cultura faz é “uma forma de sujeito universal agindo dentro de cada um de nós, exatamente como o Estado é a presença do universal dentro do âmbito particularista da sociedade civil”.

A cultura – produzida pela sociedade – necessita ter espaço para manifestar-se em suas diversas formas. Isto se dá através do Estado que atua enquanto meio de produzir mecanismos de incentivo e preservação cultural, resultando em instrumentos criados com a participação social.

Ao longo dos anos 1970 foram surgindo possibilidades para outra dimensão do fato cultural – resultaram em uma análise antropológica do imaginário. Coelho Netto (1997, p.11) nos diz que essa dimensão é “capaz de permitir o acesso àquilo que, no comportamento humano, não é convencional e episódico mas simbólico”.

E reconhecer essa dimensão do imaginário possibilitou “um diálogo com as camadas mais profundas do fato cultural [...] ao lado da possibilidade de formular programas de ação cultural” (NETTO, 1997, p. 11) e, essas ações passaram a ter características de formulações a partir de dentro e em conjunto – do mesmo nível, de iguais.

O autor continua defendendo que as políticas culturais serão, em grande parte, intervencionistas – terão origem do lado de fora do grupo ou indivíduo receptor – “enquanto persistir a prática da delegação e representação que marcam a organização política moderna” (NETTO, 1997, p. 11). A partir dos estudos do imaginário, “a intervenção pode ser delimitada, se não eliminada, pela conversa que se abre entre propositores e receptores de políticas culturais.” (NETTO, 1997, p.11).

Muito por essas questões, as políticas culturais devem ter sua relevância reconhecida em todos os níveis de atuação do Estado, assim como a participação social em sua construção e efetivação.

Uma tendência das políticas culturais brasileiras é o interesse de institucionalização, tendo as primeiras experiências na década de 1930, representadas a nível nacional pela criação do Ministério da Educação e da Saúde, por Getúlio Vargas, em que se busca a construção do sentimento de brasilidade. (BARBALHO, 1998).

Neste período a política de Estado era a valorização da nacionalidade, guiando ações na área cultural. Após o período getulista, dar-se continuidade da intervenção do Estado no campo da cultura também no regime militar de 1964, porém com outras perspectivas.

Ressalta-se que "A manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas" (CARVALHO, 1998, p. 11). Nesse período, apoia-se no sentimento de brasilidade para reforçar a identidade nacional diante de símbolos e aspectos culturais do exterior.

Stuart Hall (1999, p. 48) afirma que "as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas, transformadas no interior da representação". Ressalta-se o aspecto da memória de um grupo como marca de sua cultura, uma vez que a memória do grupo baseia-se essencialmente na afirmação de sua identidade (WEHLING; WEHLING, 2003).

Em 1966, através do Decreto-Lei nº 74, foi criado o Conselho Federal de Cultura (CFC), que funcionou por mais de 20 anos e foi dissolvido em 1990, na gestão do Presidente Collor. (BRASIL, 1967). Entre as atribuições do CFC estavam: formulação da política cultural a nível nacional, assim como a articulação estadual e municipal, reconhecer instituições culturais e promover campanhas nacionais (CALABRE, 2006).

Em discussão relacionada ao documento da criação do Plano Nacional de Cultural, Calabre (2006, p. 8) aponta que “A política cultural é colocada como um dos elementos importantes na construção e manutenção das políticas de segurança e de desenvolvimento”.

De forma geral, a cultura encontra-se entendida enquanto uma área estratégica para as políticas de governo e, as propostas voltassem “[...] para uma definição de cultura nos padrões eruditos, sem descartar as contribuições mais diversas para a formação do caráter do ‘ser brasileiro’” (Calabre, 2006, p.11).

No período de transição do regime ditatorial para a redemocratização, a partir do desmembramento do Ministério da Educação e Cultura, em 1985, através do Decreto Nº 91.144 de 1985 (BRASIL, [201?]), foi criado o Ministério da Cultura (MinC).

A política adotada pelo governo Sarney, de forma básica, estabelecia uma relação entre o poder público o setor privado de forma que, o poder público renuncia de parte dos impostos enquanto o setor privado investe recursos próprios na promoção de produtos culturais.

Essa política de isenção fiscal foi mantida pelo governo posterior, de Collor. No entanto, o presidente dissolve o MinC, sendo resgatado pelo governo de Itamar Franco em 1992. Durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 2002, a orientação de isenção fiscal com, por exemplo, a reformulação e consolidação da Lei Rouanet, reafirmando a política de submissão da cultura ao mercado.

Em 2003, durante o governo Lula, tivemos Gilberto Gil à frente do Ministério da Cultura durante cinco anos. Uma característica relevante destacada à época é a questão identitária que se pluraliza, preocupando-se em trabalhar com as múltiplas manifestações culturais.

Por entender que a política cultural deve ser inclusiva, em sua fala, Gilberto Gil (BRASIL, 2008) coloca a cultura em todos os lugares, na educação, saúde, justiça, “em todos os setores estratégicos da sociedade”. E argumenta que a cultura deve ser tratada de forma transversal e inerente a todos os aspectos da vida humana.

Nesta perspectiva, cria-se a Secretaria da Diversidade Cultural, assumida por Sergio Mamberti, em que Gil (BRASIL, 2008) afirma que estão “implementando políticas que reafirmam o Brasil como um país pluri-étnico e pluri-cultural.”, reafirmando assim, a questão identitária e da diversidade.

Outra política adotada foi a criação do Programa Cultura Viva (BRASIL, 2014b) que mapeou pontos de cultura por todo o Brasil, objetivando viabilizar acesso a pessoas e grupos antes marginalizados às políticas culturais.

Já na gestão Dilma Rousseff (2011-2016), foi sancionada a Lei Cultura Viva, responsável por transformar o Programa Cultura Viva e sua ação, os Pontos de Cultura, na Política Nacional de Cultura Viva. Com o impedimento de Dilma Rousseff, assume interinamente o então vice, Michel Temer (2016-2018), que tem como um de seus primeiros atos a extinção do MinC, que se funde à pasta da Educação. (MORAES, 2016).

Esta ação gerou controvérsias com apoiadores e críticos da decisão presidencial. Acusadores contra a Cultura não veem a importância dessa dimensão simbólica e que, quando bem aplicadas, as políticas culturais podem resultar em mudanças significativas na vida prática.

A extinção do MinC gerou protestos em diversas cidades, com artistas e apoiadores da manutenção do Minc ocupando prédios públicos e hasteando faixas, o Ocupa MinC, que tenciona o recuo do governo, recriando o Ministério da Cultura<sup>9</sup>.

Já durante o período de transição de Temer para o início do governo de Jair Bolsonaro, se anunciou a extinção do MinC<sup>10</sup>, sendo fundido na estrutura do Ministério da Cidadania, ação concretizada por meio do Decreto Nº 9.674, de 2 de janeiro de 2019. (BRASIL, 2019a).

De acordo com Rubim (2007), a relação da cultura com o Estado brasileiro pode ser descrita através de três palavras: ausência, autoritarismo e instabilidade. No que se refere à ausência, podemos verificar, na perspectiva dos governos Sarney e Collor, por exemplo, que as políticas culturais se restringiam aos incentivos fiscais – em que os recursos eram alocados pelo setor privado.

---

<sup>9</sup> Mendonça Filho, então Ministro da Educação, diz que houve uma reavaliação feita pelo presidente [Michel Temer] e que ponderou que “seria melhor recriar o Ministério da Cultura pelo caráter emblemático que a pasta tem”. (CRUZ; COLON; BRISOLLA, 2016).

<sup>10</sup> Atual Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania.

Em relação ao autoritarismo, conforme visto anteriormente, a Cultura não se tornou ausente no período ditatorial brasileiro, pelo contrário, neste período se deu atenção à área, porém nota-se o objetivo de instrumentalizar a cultura em favor dos regimes autoritários.

Nota-se o forte investimento político e simbólico para que a Cultura atue de forma a complementar a visão do Estado da situação política vigente.

Por último, quanto à instabilidade, no breve histórico apresentado acima quanto à institucionalização da Cultura, é possível perceber mudanças de vínculos, nomenclaturas e estruturas relacionadas, o que faz enxergar a instabilidade da área. Sabendo que a sociedade se pauta em interesses de classes, as políticas públicas se constroem por meio de mediações entre agentes de pressão que disputam o Estado.

O Estado não pode se eximir de fornecer acesso à cultura – direito garantido aos cidadãos –, ao mesmo passo em que não deve monopolizar a sua produção. e as políticas públicas são uma forma de dialogar com a sociedade a fim de cumprir essas demandas, pois fornece espaço para a expressão de suas necessidades.

Pensando em uma integração de Políticas Públicas voltadas para a cultura, foi criado em 2010 o Plano Nacional de Cultura (PNC) – um conjunto de objetivos, diretrizes, estratégias, ações e metas para nortear o poder público na formulação de políticas públicas –, segundo a Lei Nº 12.323 de 2010. Ressalta-se que o PNC tem duração de dez anos, ou seja, sua validade se dará em dezembro de 2020. (BRASIL, [201-?]).

Assumindo as atribuições do extinto MinC, a Secretaria Especial da Cultura é quem coordena o PNC, sendo responsável por sua realização e monitoramento. Vale ressaltar que o PNC privilegia a cultura na agenda do Estado em todos os seus níveis – Federal, Estadual e Municipal –, assim como permite que outros grupos, tais como empresas, sindicatos, sociedade civil organizada, colaborem para cumprimento dos objetivos do PNC.

As dinâmicas relacionadas às políticas públicas, assim como a institucionalização da Cultura a nível estadual, não fogem desse processo.

Assim como válida a premissa do Estado como cumpridor da busca do bem estar social e promove o respeito a diversidade (UNESCO, 2001). Dito isto, revela-se uma tendência de reconhecimento da área da Cultura, e esta realidade também diz respeito ao estado do Ceará.

A Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (Secult) recebe o título de pasta estadual de cultura mais antiga do Brasil, tendo sido criada pela Lei nº 8.541, de 1966 sendo resultado do desmembrando da Secretaria de Educação. (SECRETARIA DA CULTURA, [201-?]).

Em sua missão se destaca “executar, superintender e coordenar as atividades de proteção do patrimônio cultural do Ceará, difusão da cultura e aprimoramento cultural do povo cearense” (SECULT, 2017). É também de sua competência prestar auxílio ao governo estadual na “formulação da política cultural do Estado; [...] a expansão e o fortalecimento das estruturas da sociedade civil voltadas para a criação, produção e difusão cultural e artística”, entre outros.

Já através do Decreto Nº 28.442 de 2006, que regulamenta a Lei Nº 13.811 de 2006, por meio da qual regula o Sistema Estadual da Cultura (SIEC)<sup>11</sup>, indicando as fontes financeiras, regula o fundo estadual da cultura, entre outros, é possível verificar, em seu Art. 2º em que se apresenta entre os princípios do SIEC o “respeito à diversidade e ao pluralismo cultural”, “resguardo à memória coletiva”; e assegura “participação da sociedade”. (BRASIL, 2006).

Entre outros princípios do Sistema, através desses três, se consegue reafirmar a relevância do impacto da sociedade em decisões voltadas à área da cultura, atentando-se ao fato de que há envolvimento de interesses diversos a serem disputados neste palco político e no imaginário social (CARVALHO, 1998).

As políticas públicas estão sempre em debate, relacionando-se com os espaços de poder e quem acessa esses ambientes para disputa de discurso como forma de reivindicar pautas de interesses do seu grupo.

Seguindo o processo de institucionalização e a busca pela democratização do aspecto cultural no estado do Ceará, a Secretaria de Cultura do Ceará faz a gestão de uma rede que conta com dezenove equipamentos de cultura, esporte e gastronomia, que se endereçam no interior e, principalmente na capital do Estado, entre eles o Arquivo Público do Estado do Ceará, Biblioteca Pública do Estado do Ceará, o Teatro Carlos Câmara e a Vila da Música, no Crato. (SECRETARIA..., c2019).

O Instituto Dragão do Mar (IDM), uma Organização Social (OS) na área da Cultura, é responsável pela gestão e execução das políticas públicas de onze desses equipamentos, entre eles o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, a Escola de Artes e Ofícios Thomas Pompeu Sobrinho, o Teatro José de Alencar, o Centro Cultural Grande Bom Jardim, entre outros, fortalecendo a rede estadual. (DRAGÃO DO MAR, [201-?]).

Embora haja atualmente o anseio na presença desses equipamentos no interior do estado, estes ainda se concentram massivamente na capital e, refletindo historicamente sobre

---

<sup>11</sup> Com a finalidade de integrar o Sistema Nacional de Cultura.

estabelecimento e manutenção de espaços voltados à cultura na capital Fortaleza, não é difícil verificar a presença em massa no centro da cidade. Não à toa.

Em sua construção, apresentada por Costa (2014), a atual capital do estado passou de uma localização desinteressante economicamente, somente adquirindo características e *status* de cidade “após a separação da província de Pernambuco e, principalmente, com a inserção do Ceará na divisão internacional do trabalho, como exportador de algodão” (COSTA, 2014, p. 81).

Esse crescimento econômico, aliado a política do Império de fortalecer as capitais, atraem moradores, investimentos em edificações e infraestruturas (COSTA, 2014). Desta forma, o espaço urbano se transforma, influenciado pela dinâmica econômica e ação do poder público.

O Estado realizou investimentos em estradas, construção de prédios públicos, formulou códigos políticos para orientação de condutas, concedeu a exploração de serviços públicos – iluminação, distribuição de água, transporte, comunicações – para empresas nacionais e internacionais (COSTA, 2014), fazendo com que a capital se destacasse.

A construção das habitações foi realizada conforme as condições financeiras, os que tinham melhor renda moravam no centro e nos bairros que vão surgindo em seu entorno. (COSTA, 2014).

Conforme observa Jucá (2003), desde 1888 a “Planta da Cidade de Fortaleza Capital da Província” de Adolfo Herbster, já registrava a presença de casebres nas proximidades da orla marítima central, “[...] a mais antiga forma de pré-favelamento que a cidade conheceu [...]” (JUCÁ, 2003, p. 48), nos arredores da área mais urbanizada.

Esse ordenamento urbano é reflexo de múltiplas vontades, de uma organização coletiva, conforme Claval (1981, p. 294 *apud* COSTA, 2014, p. 100), onde “as formas urbanas [...] torna-se então a realização de uma elite distinguida por seus conhecimentos e por sua cultura: são eles que controlam a construção e impõem as cidades seus traços”.

Uma ferramenta que auxilia na identificação de que grande parte dos pontos de cultura, espaços e eventos que acontecem no Ceará se concentram na capital do estado, Fortaleza, é através do Mapa Cultural do Ceará<sup>12</sup>, uma plataforma desenvolvida pelo governo e utilizada desde 2015 de forma colaborativa e gratuita.

---

<sup>12</sup> O Mapa Cultural do Ceará é uma plataforma desenvolvida para realizar o mapeamento do cenário cultural cearense e é “alimentada pelo poder público e pela população em geral”, proporcionando autonomia para artistas e agentes culturais que, ao se cadastrar, podem “divulgar os próprios dados e a agenda ou se inscrever em editais e se articular em rede com outros participantes” (SECRETARIA..., b2019).



Acompanhando a tendência centralizadora de sua construção, a capital ainda passa por um processo contínuo de difusão de espaços culturais, pois cada vez mais se verifica a transversalidade alcançada pela cultura e sua relevância, inclusive, em aspectos econômicos.

Em nível municipal, a Prefeitura de Fortaleza, através do Plano Fortaleza 2040<sup>13</sup>, por meio de propostas apresentadas para o eixo de desenvolvimento da cultura e do conhecimento, no subeixo de valorização e desenvolvimento cultural, destaca-se que problemas atuais no campo da cultura “são decorrentes de planos burocráticos, verticais, dissociados da realidade, e realizados sem a participação dos diversos atores e grupos sociais” (FORTALEZA, 2017, p. 85).

Neste Plano notam-se propostas diversas de revitalização do Centro enquanto território cultural. Inclusive, apoia-se na integração entre Centro e Praia de Iracema para a consolidação de um corredor cultural e turístico.

Fala-se em revitalizar, uma vez que, nestes espaços da cidade, já há, de alguma forma, uma dinâmica cultural apresentada – muito pela história da construção da capital, conforme visto anteriormente.

Entende-se que, tanto no nível estadual quanto no municipal, há grande preocupação com as demandas culturais da cidade e valoriza-se a participação da sociedade, mas apesar disso – induzidas por um imaginário em que padroniza o que é cultura “de verdade” como forma de validação do *status* social. –, há uma assimetria na presença de pontos de cultura entre a região central e os bairros que compõem a periferia.

Quando refletimos sobre cultura, rapidamente relacionamos ao teatro, dança, música, cinema, modos de vida e costumes. Também associamos à ideia do indivíduo culto, aquele que detém conhecimento sobre diversas temáticas. Esta percepção não está de todo incorreta.

O reflexo da elitização da compreensão sobre cultura reverbera na sociedade, incluindo a falta de investimento público (ou feitos tardiamente ou em valores muito significativos), nas atividades culturais das periferias.

Portanto, embora nas periferias de Fortaleza pulse cultura e suas diversidades de manifestações, ainda se caminha por um longo processo de questionamentos de padrões culturais.

---

<sup>13</sup> O Plano Fortaleza 2040 é uma nova forma de planejar a Cidade com cidadania. A Prefeitura e a sociedade entram em consenso sobre um futuro comum para a Cidade e, juntas, apontam as soluções.

Hoje, tenciona-se para uma distribuição mais democrática, o que muda não apenas o *status* financeiro e simbólico dessa cultura. A Declaração do México sobre as políticas culturais (UNESCO, 1982), resultado da Conferência Mundial sobre Políticas Culturais, recomenda “multiplicar as ocasiões de diálogo entre a população e os organismos culturais”, especialmente por meio da descentralização geográfica e administrativa. Esta recomendação coloca o Estado no lugar de mediador de embates simbólicos para a consolidação de políticas públicas.

Vale ressaltar que o Estado não atua como produtor de políticas públicas apenas favoráveis à elite ou voltadas apenas às classes menos favorecidas, mas varia conforme a atuação dos diversos grupos de poder que compõem a sociedade (SOUZA, 2006).

Isto posto, admitir que a mobilização de grupos que representam a sociedade civil na defesa de seus interesses e necessidades é essencial, ajuda na compreensão de que as Políticas Públicas constituem a atuação do Estado no cotidiano social.

Resgatando a relação que Pollak (1992) atribui entre a memória e o sentimento de identidade, a reivindicação de lugares públicos culturais que representem a imagem que os indivíduos têm de si e almejam ser percebida pelos demais se dá através do reconhecimento de que cada território tem em sua constituição processos diferentes de ocupação, valores, identidades e manifestações culturais.

Em um viés administrativo e político, os investimentos públicos, a credibilidade das instituições e a relação de mútua confiança entre Estado e comunidade se fortalecem através da participação social, o que resulta em um maior enfoque sobre o território e seus indivíduos compreendendo suas identidades.

De acordo com Harvey (2005, p.171), “o poder de organizar o espaço se origina em um conjunto complexo de forças mobilizado por diversos agentes sociais.” Torna-se, portanto, um processo conflituoso, pois há grupos que se consolidam e lutam para representar diferentes abordagens e interesses.

Territórios marginalizados tornam-se palco de tentativas de restaurar a igualdade na esfera política, e essa luta por representação e inclusão social se articula, muitas vezes, por meio da participação social.

Tendo por base as compreensões de Eckert e Rocha (2006) e Meneses (1984) da cidade enquanto lugar de forças múltiplas e de relação com o nosso contexto, que ela se torna ambiente de reivindicação de interesses através da participação social de grupos que residem e frequentam o território e buscam como um dos resultados a criação de ambientes acessíveis, que proporcionem identificação mútua de interesses.

A criação desses ambientes públicos na cidade se fortalece a partir da apropriação dos grupos que veem sua imagem representada, seja através da produção cultural, na localização na cidade ou através das linguagens e diversidades expressadas, gerando uma percepção da sua identidade.

Dentre os equipamentos geridos pela Secult através do IDM, ressaltamos o Centro Cultural Grande Bom Jardim, pois dentre suas características destaca-se a localização física da sua estrutura - em um lugar periférico e estigmatizado - com demandas específicas e poder de representação das comunidades.

#### 4 O CENTRO CULTURAL GRANDE BOM JARDIM

É uma disputa de discursos ferrenha. A opinião pública coloca esses territórios como o grande problema urbano defendendo seu controle – diretamente relacionado às forças policiais – de forma mais efetiva pelo Estado. Relacionada a essas percepções iniciais se consegue verificar o simbólico Bourdieu (1989) atuando nas estruturas sociais, construindo sentidos de realidade e verdades de grupos sociais pertencentes ao Grande Bom Jardim (GBJ). Não raro, em programas policiais famosos na cidade, por exemplo, se destacam ações de violências diversas ocorridas nos bairros do GBJ, destacando-se, inclusive, o próprio Bom Jardim.

Não são de todo inverdades, conforme visto em índices <sup>14</sup>do Governo do Estado, mas se reforça e se produz como verdade – por meio da repetição –, articulando discursos de ódio que contribuem para a perpetuação da ignorância da real complexidade e contradições do território. E, conforme dito anteriormente, os símbolos podem ser receptores de interesses e, modelar visões de mundo que, ao serem partilhadas com outras pessoas, tem seu sentido consolidado. O imaginário se apresenta enquanto campo de enfrentamento político. Parte da população assume a necessidade de intervenção de forças policiais por entenderem que, somente através delas, pode-se diminuir esses índices de violência.

Em momentos de mudanças política e social se configuram novas identidades coletivas, que assumem a posição do imaginário do grupo social em questão, no caso, aos habitantes do Grande Bom Jardim. Os grupos organizados da sociedade civil e artística que compõem os territórios do Grande Bom Jardim vislumbram maior investimento do Estado em políticas culturais e sociais de forma a modificar os índices violentos e, expressar outra faceta desses bairros.

No emaranhado de todas essas construções de significados, territórios, políticas culturais e democratização cultural se encontra o Centro Cultural Grande Bom Jardim, que compõe o seu território na busca por afirmação de uma identidade territorial, através de seus discursos, delineado por estratégias de mobilização social, cultural e artística.

O Centro Cultural Grande Bom Jardim (CCBJ) é resultado<sup>15</sup> de um processo de convencimento do Estado por grupos da sociedade civil que se organizaram para que fosse

---

<sup>14</sup> Mapa da Criminalidade e da Violência em Fortaleza – Perfil da SER V [http://www.uece.br/covio/dmdocuments/regional\\_V.pdf](http://www.uece.br/covio/dmdocuments/regional_V.pdf)

<sup>15</sup> Informação obtida em conversas casuais com frequentadores do Centro Cultural e que, compuseram um desses grupos de articulação, antes do período da pesquisa. Foram feitas tentativas de contatados com estes frequentadores para a pesquisa, porém não obtive sucesso.

instalado um Centro Cultural no Grande Bom Jardim. Aqui, os grupos do GBJ se utilizaram dos espaços de disputa política para argumentação através da formação de discursos que viabilizaram a adoção de uma política pública voltada para a área da cultura.

Desta forma, em seu viés administrativo, o CCBJ assume a missão de estimular a criação artística e difusão cultural, através da democratização e descentralização do acesso à cultura, sendo composto por dois eixos estruturantes, a Formação Artística e a Ação Cultural. A primeira permite trabalhar com “uma formação dialógica, construtiva, autônoma e criativa, em processos de mão dupla que envolvem a promoção dos Direitos Humanos.” (CENTRO..., [201-?]).

Outro eixo da Ação Cultural tem por objetivo a promoção de programação cultural diversa, democrática e gratuita (CENTRO..., [201-?]). Neste eixo encontra-se inserida a Biblioteca do CCBJ. Vale ressaltar o Núcleo de Articulação Técnica Especializada (NArTE), um eixo transversal implementado há dois anos que potencializa as relações entre o CCBJ e a comunidade, com o intuito de reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades sociais dentro do território através dessa relação. (CENTRO..., [201-?]).

A administração do CCBJ conta com “a participação de representantes das comunidades em seu entorno, para partilha de avaliações, sugestões e debates sobre suas atividades, por meio de encontros periódicos de Gestão Compartilhada.” (CENTRO..., [201-?]). A gestão do CCBJ é realizada pela Secult em parceria com o IDM através de um Contrato de Gestão<sup>16</sup>. Para o ano de 2019, o Contrato disponibiliza R\$ 1.616.130,19 (um milhão seiscentos e dezesseis mil e cento e trinta reais e dezenove centavos). Mas, grande parte do orçamento origina-se do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP)<sup>17</sup> tendo como um de seus objetivos a promoção de mudanças estruturantes, possibilitando em combate efetivo à pobreza.

Através do FECOP, o CCBJ executa três projetos de continuidade em 2019: o *Jardim de Gente: Agência de Formação e Desenvolvimento Cultural do Bom Jardim*; o *Tempo de Cultura com o Projeto Comunidade Viva*; e o *Projeto Um Porto para Reinventar a Vida*. Com isto, para 2019, o CCBJ terá um orçamento total de R\$ 4.116.130,19 (quatro milhões cento e dezesseis mil cento e trinta reais e dezenove centavos).

---

<sup>16</sup> É o contrato celebrado pelo Poder Público com órgãos e entidades da Administração direta, indireta e entidades privadas qualificadas como organizações sociais, previsto pelo artigo 37 da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constitucional 19/98, com intuito de promover autonomia gerencial, orçamentária e financeira, e fixando metas de desempenho na consecução de seus objetivos.

<sup>17</sup> O FECOP foi instituído pela Lei complementar Nº 37, de 26 de novembro de 2003, e Regulamentado em 2009 para aplicar recursos em ações suplementares nas regiões vulneráveis.

Mas para conhecer o Centro Cultural Grande Bom Jardim é preciso ir além. Sua complexidade se apresenta no dia a dia, na interação com o público – desde professores da Formação, passando por alunos, frequentadores ocasionais ou rotineiros, até artistas que se apresentam naquele espaço –, pelos embates com o Estado, as particularidades do próprio território, enfim. Um universo. Esta pesquisa se origina por essa necessidade pulsante de compreensão – em algum nível - dessa complexidade em que está inserido o CCBJ.

#### 4.1 O CCBJ ATRAVÉS DO OLHAR COMUNITÁRIO

Sabendo da tipologia desta pesquisa, entendemos que se faz necessário a explanação do perfil dos entrevistados como forma de, compreender quem está falando e de onde se fala. O CCBJ tem na população do Grande Bom Jardim seus principais frequentadores, em especial, os moradores do Bom Jardim que residem em seu entorno.

Desta forma, doze pessoas foram entrevistadas. Dentre elas, nove respondentes são do sexo masculino e com idade entre 18 e 25 anos. As mulheres também estão inclusas nesta faixa etária. Do total, sete entrevistados se consideram negros e cinco se dizem pardos e/ou brancos. Da totalidade de respondentes, três eram estudantes com ensino médio completo, outros três com ensino fundamental completo, cinco com ensino fundamental incompleto e um com superior incompleto. Todos os entrevistados residem atualmente no bairro Bom Jardim, sendo um artista de rua, dois ex-alunos e nove visitantes.

Disto isto, a análise das informações obtidas foi dividida em: Identidade e Memória. Território e Cultura. Políticas Públicas Culturais, como forma de melhor entender esses aspectos do CCBJ a fim alcançar o objetivo geral apresentado.

#### 4.2 IDENTIDADE E MEMÓRIA

Quando ao aspecto de identidade, se compreende que os lugares só adquirem identidade e significado através da intenção humana e da relação entre as intenções e as atividades ali desenvolvidas (RELPH, 1979). Desta forma, foram realizadas perguntas relacionadas à frequência de visita e o que as motiva, atividades desenvolvidas no CCBJ, entre outras.

Ao perguntar *O que mais te motiva frequentar o CCBJ?*, a maioria dos entrevistados tem como maior motivação a satisfação pessoal, seguida da possibilidade de assistir atrações gratuitas, de forma geral. Como pode observar nas respostas a seguir:

O silêncio. O Centro Cultural acalma. O ventinho bom, é mais por relaxamento mesmo (ENTREVISTADO 1, 2019).

Eu gosto do ambiente aqui, a gente vem, encontra o pessoal do colégio. Aí fica aqui (ENTREVISTADO 2, 2019).

Gosto de vir porque tem umas apresentações grátis, tem teatro, os filmes. Essas coisas. O ruim é que não tem muito espaço pra ficar aqui no pátio. Só um banquinho. Aí a gente tem que ficar sentado no palco [utilizado para as apresentações que acontecem na praça central e não é desmontado] ou então, no chão mesmo (ENTREVISTADO 3, 2019).

Uma coisa que me faz vir ao CCBJ são os cursos. Acho que eles são importantes pra formação artística do pessoal do bairro. Alguns amigos já fizeram e eu pretendo me inscrever pra turma de teatro. Hoje eu tô aqui mais pra ver mesmo as coisas (ENTREVISTADO 4, 2019).

Quando perguntados sobre quanto tempo frequentam o espaço do CCBJ e com que frequência (considerando os últimos doze meses), a maioria informou que utiliza o espaço CCBJ desde a infância, mas a frequência revelou que essa periodicidade, para a grande parte deles, fica entre uma a duas vezes por semana, conforme obtivemos como resposta:

Faz uns dois anos que eu venho aqui. É, porque eu vim morar aqui ano passado. Aí eu venho umas duas vezes por semana (ENTREVISTADO 1, 2019).

Eu nasci aqui, eu. Eu venho só uma vez na semana, eu. Eu venho hoje, aí pronto, venho mais não (ENTREVISTADO 2, 2019).

Desde pequeno. Faz um tempinho que venho pra cá. E eu venho direto. Uma quatro vezes na semana. Sempre quando eu venho aqui, eu vou pela casa do meu amigo, aí eu passo, as vezes ele vem comigo (ENTREVISTADO 3, 2019).

Tá com três anos que eu venho aqui. Eu só venho mais quando tem coisa pra fazer, agora tá meio parado. Tem a biblioteca com filme, mas o teatro, o cinema, faz é tempo que não tem. Aí eu só dou uma passada mesmo, uma vez ou outra na semana (ENTREVISTADO 4, 2019).

Quando à pergunta *Você já praticou ou pratica alguma atividade fornecida pelo CCBJ? Se sim, qual (is) (Considere os últimos 24 meses)?*, cerca de 80% respondeu positivamente, reforçando a relevância do eixo de Formação Artística. Entre as respostas, tivemos:

Eu já fiz, mas eu tô só esperando iniciar o curso de circo. Já fiz teatro (ENTREVISTADO 1, 2019).

Eu já fiz circo (ENTREVISTADO 2, 2019).

Eu já fiz as aulas de circo, é legal. Queria que tivesse mais pra completar (ENTREVISTADO 3, 2019).

Nunca fiz, mas quero fazer. Tô esperando abrir o curso de teatro (ENTREVISTADO 4, 2019).

Verificando que grande parte dos entrevistados já realizou algum curso de formação vinculado ao CCBJ, questionou-se: *Qual a relevância do CCBJ para sua formação artística?*, onde grande parte reconheceu a importância do Centro Cultural nesta formação e avaliaram que os artistas locais se beneficiam de alguma forma, mas pontuaram que essa relação poderia ser ainda mais consistente. Entre as respostas, também tivemos as seguintes colocações:

Fico na dúvida. Acho que é meio relevante, porque, eu gosto porque tem circo aqui, tem os cursos, mas poderia ter mais opções pra ser mais completo o circo (ENTREVISTADO 1, 2019).

É relevante, mas não tem todas as atividades que nós *pretende* fazer. Falta mais artes circenses (ENTREVISTADO 2, 2019).

É relevante pela condição. Pelas condições das pessoas que estão aqui, que são pessoas carentes e que é dado um bom ensino pras pessoas aqui do bairro, mesmo sendo grátis (ENTREVISTADO 5, 2019).

Eu já fiz curso aqui e foi legal, ajudou, mas faz um tempo e assim, quando se olha pra cá, pro Centro Cultural, é obvio que falta coisa. Não sei se dizer tudo agora, mas falta coisa, tipo, uma orientação pro pessoal que faz arte aqui no território, mas não sabe como fazer pra participar desses editais públicos e ganhar um dinheiro. Eles [a Formação Artística], já fizeram isso, ano passado mesmo, de orientar o povo pra se inscrever pra cá mesmo, porque é por Edital, mas precisava ser uma coisa de sempre, sabe? Tinha que ter mais gente pra poder fazer essas coisa. Mas, por outro lado, a galera daqui que já sabe como funciona, vai lá e se inscreve e é bom porque, o Centro Cultural prioriza as apresentações que são daqui. Então, tem coisa boa e coisa ruim (ENTREVISTADO 6, 2019).

Desta percepção, do Entrevistado 6, nota-se uma compreensão global dessa referente a formação artística que foi questionada. Nesta fala, não se compreende apenas a variedade de cursos, horários, turmas e espaços, mas para além disso. A necessidade de grupos do Grande Bom Jardim em se inserir no contexto cultural e artístico da cidade e mesmo do próprio Grande Bom Jardim, ressaltando que, é preciso ir além da oferta de cursos, tem-se que proporcionar autonomia desses grupos para que se integrem artisticamente na cidade.

Esses apontamentos refletem também a visão de que, alguns habitantes do Bom Jardim veem, no Centro Cultural, um lugar onde podem apoderar-se de conhecimentos que não tiveram acesso anteriormente, por exemplo, o conhecimento de códigos das linguagens artísticas.

Quando questionados sobre a relevância do CCBJ para a sua vida pessoal, houve um contraste. Diferente do item anterior, sobre a formação artística, aqui cerca de 40% dos



entrevistados não identificou importância do Centro em sua vida pessoal, conforme se observa:

Frequento de vez em quando e não consigo ver como tão relevante assim pra mim (ENTREVISTADO 1, 2019).

Não sei explicar, mas não vejo muita relevância na questão do pessoal (ENTREVISTADO 2, 2019).

Não sei explicar, mas não consigo ver o Centro Cultural nessa parte do pessoal. Tem o circo que ajuda, mas é tipo isso. Tinha que ter mais coisas. É bom, mas precisava ter mais, sei lá (ENTREVISTADO 3, 2019).

Essa dificuldade de externar a não compreensão desse distanciamento com o CCBJ, mesmo participando de atividades e cursos ofertados pelo Centro Cultural, colocam em evidência que a sua inserção no cotidiano do Grande Bom Jardim e seus moradores não são uma conquista fácil, apesar da grande procura pelos cursos permanentes oferecidos e mesmo entendendo a sua importância na vida daquela população.

Por outro lado, obtivemos uma parcela de respostas em que se verifica positivamente a atuação do CCBJ dentro do seu aspecto pessoal, conforme abaixo:

Ah, pra minha vida pessoal é preciso. Como eu faço curso aqui de libras, então é muito bom. Inclusive, porque eu namoro uma pessoa surda e, eu precisaria aprender também um pouco de libras pra poder conversar com essa pessoa. Então, é uma ótima ideia ter um curso de libras de graça e, acessível pra pessoas que mora no bairro (ENTREVISTADO 5, 2019).

Esta resposta pode estar relacionada justamente ao caráter social e cultural do CCBJ, uma vez que tem potencial de intervir nas dinâmicas sociais, atuando assim para a construção de uma relação mais próxima entre o espaço e seus usuários. O Centro Cultural funciona em regime de influência – mútua e permanente – com o seu entorno. O Entrevistado 5 ressalta isso ao mencionar essa relevância pessoal, revelando uma relação próxima entre quem organiza e quem frequenta o Centro Cultural, e, por isso, ele torna-se reflexo da sociedade em que está inserido.

Quando consultados sobre *O que você presenciou de mais marcante nos últimos 12 meses no CCBJ?*, 90% dos entrevistados mencionaram a Virada Cultural, que ocorreu em Novembro de 2018, reforçando como as ações feitas pelo eixo de Ação Cultural do CCBJ impactam o Grande Bom Jardim. Entre as respostas obtivemos:

A Mostra das Artes, de forma positiva. Ver as pessoas que fazem os cursos, ver o quão talentosos que são. Ver como eles aprenderam, ver como a gente aprendeu com

crianças de oito, de menos idade, que dançam e que sabem dançar e que aprenderam aqui no Centro Cultural, é muito relevante (ENTREVISTADO 5, 2019).

Teve o *Viradão*, mas eu acho marcante mesmo eram os shows que tinha. Teve *reggae*, foi muito *top* (ENTREVISTADO 6, 2019).

O *Viradão* que aconteceu aqui no Centro Cultural. Os shows. Teve a Kátia Cilene e o Silvero Pereira, foi muito bom (ENTREVISTADO 7, 2019).

O *Viradão* foi *massa*, que teve no ano passado (ENTREVISTADO 8, 2019).

Através destes dois eventos, percebe-se uma relação do Espaço Cultural com a comunidade e que se constitui em um espaço de atuação local, reforçando o vínculo ao humanizar os serviços. A Virada Cultural contou com apresentações de alunos das Formações do CCBJ, por exemplo, a dança, teatro, audiovisual, música, entre outros. Além destes, artistas e coletivos locais e nacionais foram convidados a participar. Outro destaque da Virada foi a feira de economia criativa<sup>18</sup>, que reúne empreendedoras do Grande Bom Jardim (CCBJ, 2018).

Outro momento mencionado foi A Mostra das Artes, que teve sua segunda edição em 2018, onde, ao longo de uma semana, são realizadas apresentações de diferentes linguagens artísticas presentes no CCBJ, como música, teatro, dança, performances, entre outras. A Mostra marca o encerramento dos ciclos das turmas da Formação Artística, e uma forma de apresentar às comunidades, aos pais e interessados o resultado dos cursos, por exemplo, as apresentações teatrais, de dança urbana, produções de audiovisual, apresentações de balé, entre outras.

Em geral, sobre esta primeira categoria, vislumbra-se alternativas para verificar as relações de memória e identidade entre o Centro Cultural Grande Bom Jardim e seus usuários, uma vez que se entende que a interação recíproca entre os grupos sociais e o espaço no qual os grupos agem no sentido de moldar os lugares de acordo com suas necessidades e contexto social e, em contrapartida, os lugares devem tornar-se receptivos e disponíveis. Essa troca é a razão pela qual as pessoas encontram, ou não, sua identidade nos diversos lugares. Essa relação entre as experiências vividas pelos indivíduos no espaço tem ligação com o tempo (TUAN, 1975).

Desta forma, o autor concebe que o tempo de ligação com o lugar é importante para a apropriação, para que haja um envolvimento. A forma como os indivíduos se

---

<sup>18</sup> A feira de economia criatura reúne empreendedoras do Grande Bom Jardim que se cadastram para comercializar seus produtos em ações promovidas pelo CCBJ, incentivando a economia local e, a partir disso, aproximando essas empreendedoras do Centro, sendo possível realizar seus cadastros e de suas famílias, a fim de inseri-las dentro das atividades do CCBJ, sejam os cursos, sejam as atividades artísticas e culturais que ocorrem.

apropriam do espaço e conduzem sua vivência, transformam o lugar como ambiente determinado pelas características em espaço identitários.

Os elementos que compõem a memória estão intimamente ligados a essa construção ou afirmação da identidade. A percepção de si e do outro (POLLAK, 1989) é resultado do sentimento de continuidade, de unicidade. Isto significa que é preciso que o Centro Cultural e a sua gestão conheça a história das comunidades, reconheça suas condições sociais, econômicas, políticas, histórias e, em especial, suas necessidades.

Observamos que aparenta ser difícil não vincular a existência desse Centro Cultural à construção de perspectivas para os habitantes do Grande Bom Jardim ao disponibilizar acesso às ações culturais, sócias e também econômicas. Desta forma, torna-se fator determinante – para a construção de relações de memória e identidade com o Centro Cultural – que ele atue como uma estratégia para a viabilização de sua participação no processo de decisão da comunidade em que está inserido. Esses lugares têm a capacidade de provocar relações de afetividade nas pessoas e representar parte de suas narrativas.

Na perspectiva de Gastal (2002, p.77) ,“Conforme a cidade acumula memórias, em camadas que, ao somarem-se vão constituindo um perfil único, surge o lugar de memória [...] onde a comunidade vê partes significativas do seu passado com imensurável valor afetivo.”.

A articulação da memória social enquanto recurso sociopolítico se firma no contexto das atividades do Centro Cultural, visando o enfrentamento de, pelo menos, dois aspectos, que são o de modificar a imagem do Grande Bom Jardim enquanto lugar reduzido à violência e pobreza, ao mesmo tempo em que se aproxima das pessoas que moram nesta localidade.

Nesta perspectiva, o Centro Cultural tende a tornar-se acessível a fim de que sirva como instrumento de reafirmação da identidade social e cultural. Esse processo insere o CCBJ no panorama territorial. O que nos leva a segunda categorização da análise.

#### 4.3 TERRITÓRIO E CULTURA

Quando visualizamos um espaço cultural que funciona no modelo de Gestão Compartilhada, logo refletimos que ele foi criado para aquela comunidade específica e não sendo assim, resultado de um governante que queria que aquela estrutura fizesse parte da paisagem da periferia. Como mencionado antes, não é difícil especular a importância de um

espaço público de cultura localizado à margem do centro da cidade. Com o intuito de entender melhor essa relação, questionamos aos entrevistados: *Qual a relevância do CCBJ para o seu bairro?*. Também perguntamos *Em sua opinião, qual a contribuição do CCBJ para o Grande Bom Jardim?*. As duas, com o caráter de confirmação da compreensão da importância do Centro Cultural dentro do Grande Bom Jardim e, em um recorte maior, dentro do bairro onde se localiza, o Bom Jardim.

Todos os entrevistados residem atualmente no Bom Jardim, mesmo bairro onde se localiza o CCBJ, e a grande maioria ressaltou grande relevância à sua característica como espaço de encontro, de trocas e de formação. Também foram ressaltados aspectos transversais da cultura e sua relevância como política pública de cultura para o enfrentamento das violências urbanas, conforme respostas abaixo:

Eu acho que, quando tem as atividades aqui, tipo, os cursos, os eventos tipo o que teve ano passado, viradão que veio gente conhecida.. Gente que só vai pro Dragão.. Eu vejo que assim, quando tem isso, e as pessoas veem que ‘Puxa, isso tudo lá no Bom Jardim?’, elas se espantam e isso acaba tirando essa visão de que aqui é só violência e coisa ruim (ENTREVISTADO 5, 2019).

Tira muitas pessoas das drogas, sabe? Ajuda muito o Centro Cultural (ENTREVISTADO 6, 2019).

Vejo que muitos colegas fazem cursos e vem pra cá conversar e acho que isso movimenta o bairro. As vezes a gente marca de vim só pra ficar conversando ou na biblioteca. Também é legal quando tem os shows. Acho que dá vida ao bairro (ENTREVISTADO 7, 2019).

O que eu penso é assim, que eles [referindo-se à pessoas de fora do Bom Jardim] podia vir né? Mais pro Centro Cultural. Porque pra eles eu acho que o Centro Cultural é só ‘Há, vamo chegar lá. Pronto, sai fora’. Pra eles né? Mas ajuda, o Centro Cultural, porque tem curso, olha, tem balé. Pode tirar muitas pessoas do meio da rua (ENTREVISTADO 8, 2019).

Acredito que o centro cultural não é um equipamento como outros. Dessa forma, com essas atividades, só tem ele aqui. E o que acontece aqui movimenta o bairro. Não sei como os outros bairros daqui [do Grande Bom Jardim] usam aqui, acho que mais os cursos e essas coisas. Mas no dia a dia, acho que faz mais diferença pros moradores do Bom Jardim (ENTREVISTADO 9, 2019).

A partir das respostas, e retornando ao conceito de público anteriormente apresentado, podemos ressaltar esse viés do Centro Cultural Grande Bom Jardim (CCBJ) e, averiguar que ele se converte em ponto de referência cultural para as comunidades do Grande Bom Jardim. Desta forma o CCBJ encontra-se como espaço de desenvolvimento coletivo ao atuar sobre a comunidade que faz parte no intuito de proporcionar mudanças e revelar características políticas e socioculturais.

Também foram perguntados: *Pensando em nível da cidade, a localização do Centro favorece, dificulta ou é indiferente para seu acesso às atividades culturais e artísticas?*, destaca-se as seguintes partes:

Favorece, porque senão a gente ia ter que ir pegar ônibus e ir lá pelo Dragão. A gente vai, mas tipo, quando tá sem fazer nada de tarde, a gente vem por aqui e fica conversando ou vai fazer alguma coisa na biblioteca, tem filme. É legal ter isso aqui no bairro (ENTREVISTADO 8, 2019).

Se não tivesse o Centro Cultural nós tinha que ir atrás de outro lugar. É um ponto que permite isso, de participar (ENTREVISTADO 9, 2019).

Favorece sim, se não tivesse nós tinha que ir atrás de outro lugar, fora né? Algum lugar que alguém desse uma oportunidade pra nós fazer alguma coisa (ENTREVISTADO 10, 2019).

Ajuda demais. Eu sempre que venho visitar meu amigo que mora aqui perto, eu venho por aqui, aí tem uns filmes (ENTREVISTADO 11, 2019).

No meu acesso não é indiferente [a localização], pelo contrário. É até melhor, é mais acessível por estar no Bom Jardim, mas eu vejo que pras outras pessoas, que moram em outros bairros [do Grande Bom Jardim], não é tão acessível. A pessoa poderia ter opção de procurar outro Centro, outro polo mais próximo da sua casa (ENTREVISTADO 12, 2019).

Evidencia-se nas falas dos entrevistados satisfação em ter acesso às atividades que em seu próprio bairro ou em bairros próximos. Neste aspecto é válido retornar ao pensamento sobre a identidade da cidade (CORRÊA, 2006) e sua expressão através de sua forma espacial, social e política, em que o indivíduo está relacionado a um imaginário social que está relacionado ao seu endereço na cidade, pois, talvez, em outros contextos, os moradores do Grande Bom Jardim ou não teriam ou seria de difícil acesso as atividades semelhantes as promovidas pelo CCBJ, motivadas por barreiras simbólicas, como acreditar que não pertence aquele lugar, ou que não tem roupa adequada para o ambiente ou mesmo, por acreditar que as atividades culturais são pagas.

Quando perguntados: *Quando pensa em espaço de encontro, música, cultura, formação artística, etc., quais outros locais dentro do Grande Bom Jardim que você lembra?*, todos tiveram alguma dificuldade em lembrar-se de outro local com aspectos culturais, artísticos, esportivos, etc. Obtendo assim, respostas como:

Nenhum. Quer dizer, tem o circo escola (ENTREVISTADO 8, 2019).

Dragão do Mar (ENTREVISTADO 9, 2019).

Ah, penso no Dragão do Mar. Eu e ele [apontando para um dos colegas que estavam no pátio central do CCBJ] temos uma foto no Dragão do Mar. Que nós era do circo... aí o cara lá bateu a foto de nós dois, palhaço. Aí tá lá no Dragão do Mar nossa foto (ENTREVISTADO 10, 2019).

Eu.. esqueci o nome, é um que tem ali.. É tipo um centro de formação que traz cursos. Vila Olímpica. Acho que é o único que assim, traz cultura, esporte e lazer. Fica no Canindezinho (ENTREVISTADO 11, 2019).

O circo escola aqui do Bom Jardim, fica bem perto daqui (ENTREVISTADO 12, 2019).

Essas respostas reforçam o Centro Cultural enquanto referência de espaço de cultura e arte no Grande Bom Jardim (GBJ), ao mesmo tempo em que revela a ausência de outros equipamentos culturais dentro do GBJ. O Centro Cultural pode ser visto, em comparação com outros equipamentos culturais da cidade como um espaço de pequeno porte, mas, quando se verifica que está inserido no contexto espacial do Grande Bom Jardim, ele torna-se um Centro grandioso.

Perguntou-se também: *Como você vê o funcionamento do CCBJ? (Horário de funcionamento, utilização dos espaços, relação com as comunidades etc).* Neste aspecto, grande parte recusou-se a realizar maiores considerações, com respostas semelhantes às apresentadas abaixo:

Acho legal. Pra mim tá até bom assim [reforçando o aspecto do horário em sua resposta] (ENTREVISTADO 6, 2019).

Eu não participo muito não eu. Venho mais pros cursos e pra ficar aqui quando tá aberto (ENTREVISTADO 7, 2019).

Eu acho que é até grande assim, é muito. É aberto das oito da manhã até as nove da noite. E então a pessoa pode reservar uma sala aqui e ficar aqui ensaiando, por exemplo. Acho que isso faz com que a comunidade se relacione melhor, saiba que aqui tem espaço pra essas coisas, em especial os grupos daqui. Assim, em detalhes como é essa relação, eu não sei (ENTREVISTADO 8, 2019).

Só acho que, aos domingos o Centro Cultural deve fechar nos horários normais da semana. Domingo passado agora fechou 17hrs. Fechou cinco horas, cinco horas da tarde [Tom de indignação]. Aí a noite.. não tem nada pra fazer (ENTREVISTADO 9, 2019).

As últimas respostas apresentadas reforçam a necessidade de investimento na área da cultura também nestas localidades. Os entrevistados destacam dois aspectos que se complementam. O primeiro de que é um ambiente de fácil acesso à comunidade, inclusive para grupos artísticos que queriam utilizar, promovendo uma boa relação com o público, assim como, na ausência deste ambiente, gera a sensação de descaso, que pode acabar distanciando o público e afetando negativamente as pretensões do Centro.

Em suma, sobre esta segunda categoria, buscou-se identificar de que maneira o Centro Cultural Grande Bom Jardim é percebido em seu território, considerando sua organização no Grande Bom Jardim, e entendemos que há uma carência no reconhecimento

das identidades culturais que estão no cerne dos processos de construção do território e afetam na participação das comunidades e, conseqüentemente, no impacto efetivo dentro do território.

Para promover mudanças de mentalidade na comunidade, o Centro Cultural precisa, primeiramente, conhecer essa mentalidade. Essa percepção é a maior responsável pela interação entre a comunidade e o CCBJ e, a partir disso, se constitui em diferenças visíveis no território. Essa representação auxilia na construção do entendimento de Centro Cultural integrado, com visibilidade e que atue permanentemente atendendo às demandas da população, um centro cultural que seja para e do Grande Bom Jardim.

Desta forma, há um grande desafio a ser enfrentando: o de políticas públicas voltadas para a cultura e que atendam aos anseios do Grande Bom Jardim dentro de uma disputa de orçamento com outros equipamentos e, também, uma luta simbólica com a cidade, o que nos leva a terceira e última categoria da análise das entrevistas.

#### 4.4 POLÍTICAS PÚBLICAS E CULTURAIS

Para tratar desta categoria, retoma-se o pensamento de Souza (2006) de que as políticas se relacionam ao jogo político. E também que, embora o Estado tenha seu aspecto de promoção do bem estar social, é preciso reforçar que as políticas públicas estão inseridas em um contexto de construção social em que, através da interação do Estado com a sociedade, viabilizam-se alternativas.

Quando perguntados: *Na sua compreensão, o CCBJ viabiliza o fortalecimento da identidade dos grupos sociais presentes no Grande Bom Jardim?*, obtivemos como respostas:

Acho que sim, porque tipo retira as pessoas do meio da rua, a gente vem aqui, quando tem coisa, o pessoal faz umas conversas, é legal isso. Acho que ajuda nesse negócio (ENTREVISTADO 1, 2019).

Acho que sim, porque o pessoal conversa sobre alguns assuntos que são legais, por exemplo, quando tem o mês da consciência negra ou quando falam sobre leitura. Acho que essas coisas ajudam o pessoal que se sente por fora a se incluir, os amigos respeitam mais e essas coisas (ENTREVISTADO 2, 2019).

Sim. Com certeza. é, tem vezes que aqui tem, tipo reuniões de centros como o Centro LGBT, aqui tem reuniões. Aqui você pode marcar reuniões de, tipos assim, de um grupo seu. Digamos, grupo de negros, grupos contra o racismo. Você pode marcar reuniões e ele é totalmente sociável, até com a questão da programação (ENTREVISTADO 4, 2019).

Eu já vi alguns moradores aqui do bairro se apresentando, acho que ajuda a divulgar também, é bom pra quem faz cultura aqui do bairro. Acredito que isso inclui (ENTREVISTADO 5, 2019).

Ah, quando os artistas vem se apresentar, as alunas do balé, o povo da dança. Acho que é legal! Eu nunca tinha visto balé além daqui, acho que é isso. Essa chance da gente ver coisas diferentes (ENTREVISTADO 6, 2019).

É importante o Centro Cultural pra mim. Se tornou importante pra mim porque foi através dos cursos daqui que eu reconheci a arte. E, amizades. Eu não gostava muito de arte teatral aí eu peguei.. a partir do Centro Cultural foi que eu comecei a gostar. Então acho que fortalece sim (ENTREVISTADO 8, 2019).

Não sei. Acho que sim, porque de vez em quando tem uns eventos, umas conversas com a comunidade, então deve sim (ENTREVISTADO 10, 2019).

Sim, grupos de negros, LGBTs, de mulheres, costumam ter aqui esse espaço de conversa, acho que isso acaba incluindo e fortalecendo (ENTREVISTADO 12, 2019).

Neste ponto é possível analisar quais os principais desafios culturais e políticos do CCBJ, fazendo referência a construções identitárias e memória social que tem surgido em muitos projetos culturais que visam à conexão entre cultura e memória social enquanto recurso sociopolítico e, por meio desta pequena amostra, já é possível identificar os desafios apresentados ao Centro Cultural Grande Bom Jardim (CCBJ).

O CCBJ está instalado em um território que é estigmatizado e que, no imaginário social, se entende como necessária a intervenção do Estado a partir de forças policiais. E, por outro lado, há também moradores e grupos da própria comunidade que se mobilizam também por intervenção do Estado, mas através de mais investimentos em cultura. A inclusão das periferias nas estratégias de políticas públicas voltadas para a cultura é um desafio.

A instalação de um Centro Cultural em um território que, historicamente, tem como marca a ausência do Estado através de ações no campo da cultura, reforça o senso comum de que a cultura não é importante – até pela incompreensão das diversidades culturais existentes – acreditando-se que se deveria investir em áreas “mais importantes” como, por exemplo, saúde, educação e segurança. Com tudo isto, o CCBJ funciona em ciclos.

Os recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), via de regra, só são disponibilizados após o primeiro trimestre; em outros casos, no meio do ano. Através do Portal da Transparência do Ceará, por exemplo, é possível constatar que, grande parte da verba foi disponibilizada apenas em Maio de 2019, refletindo em abertura de Edital para vagas para trabalhar no CCBJ apenas no mês de Junho deste ano. Uma realidade que se repete ano a ano e que se torna, não raramente, um embate entre as comunidades e o Governo.

Em um território que é referenciado pela violência, o CCBJ oferece aos seus frequentadores condições para o exercício de seu direito de participação na vida cultural. É válido ressaltar a percepção holística das políticas públicas, uma vez que elas repercutem nas



sociedades e na economia (SOUZA, 2006), sendo ideal considerar os interesses do todo que estão participando do jogo político.

Ao Estado, cabe a busca pelo bem estar social e a seguridade do direito à participação política, tornando esta esfera mais ampla e inclusa dentro da perspectiva social, reforçando a não existência de decisões políticas que não seja determinada pelo que ocorre na sociedade civil. (BOBBIO, 1987).

O CCBJ adota uma política de Gestão Compartilhada em que grupos da sociedade civil participam de reuniões e fazem apontamentos relacionados às demandas das comunidades, tendo assim um papel ativo nas ações do CCBJ, inclusive, e, apesar disso, nota-se o desafio de se estabelecer uma relação de afeto e pertencimento das comunidades com o Centro Cultural Grande Bom Jardim, visualizando alcançar uma democracia cultural apresentada por Isaura Botelho (2001), em que uma pessoa consegue, por meio das políticas públicas de cultura, optar por desenvolver e vivenciar, ou não, aspectos culturais e artísticos.

Essa democracia cultural é possível de acontecer a partir do instante em que, ao deter informações, seja viável escolher de que forma vai usufruir da cultura e da arte, dando-lhe o direito, inclusive, de não gostar. O que difere, por exemplo, de uma tentativa de democratização da cultura em que o Estado cria centros culturais nas periferias, tornando-os próximos a população de menor renda. O que, na concepção de Botelho (2001), não traduz acesso à cultura e arte, ou mesmo que serão significativos para as pessoas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após todo o processo, reforça-se a importância deste trabalho como instrumento de pesquisas futuras relacionadas à temática, entendendo, principalmente, que ela está longe de ser esgotada e, mais ainda, de se verificar através de outros olhares.

Sendo assim, concluídas as ponderações em relação às respostas obtidas nas entrevistas, nota-se que, ao abordar o Centro Cultural Grande Bom Jardim enquanto modelo de democracia cultural em Fortaleza, se apresenta como um processo de grande reflexão.

Conforme nos aponta Souza (1997, p. 26), “o espaço é a base de sobrevivência, fonte de poder [...] A isso se deve adicionar a importância não apenas “instrumental”, militar ou econômica [...] de um espaço, mas também a sua relevância cultural para um grupo”. E, percebendo as relações de poder construídas dentro do Grande Bom Jardim, ressaltamos o conceito de Sousa (1997) sobre território como um campo de forças, uma teia de relações (econômicas, políticas e simbólicas) associada à ideia de controle sobre um espaço que, a partir de sua complexidade interna, define a diferença entre os grupos sociais.

Para tanto, os Centros Culturais não devem seguir uma abordagem uniformizada para sua estrutura física e gestão, uma vez que se criariam espaços homogeneizados, sem menções às particularidades locais e sem vitalidade. Partindo desse aspecto, a participação pública é essencial para a criação e gestão desses espaços públicos que tenham valor e múltiplas finalidades.

Entendendo que, a imposição de um grupo não significa que aquele espaço tenha significado semelhante para os demais, a presença do CCBJ por si só dentro do território do Grande Bom Jardim não viabiliza de forma organizada uma grande integração com seus habitantes. E a apropriação é determinante da relevância do CCBJ para o território em que ele se encontra, assim como para a sociedade em geral.

Essas dificuldades de interação e integração do Centro Cultural e população comunicam a emergência da memória como tema a ser tratado pelo CCBJ com o intuito de mediar a relação entre as políticas públicas e a população, assim como entre o Centro Cultural e seus visitantes. O CCBJ necessita cada vez mais ter ações que se estenda para além de seus muros – atingindo outros bairros do Grande Bom Jardim, para além do próprio Bom Jardim – e, mais ainda, precisa permear o cotidiano das pessoas, as conhecendo e viabilizando sua integração ao Centro Cultural.

Este cenário evidencia a necessidade de articulações de conexões transversais que fortaleçam os vínculos entre a gestão do Centro Cultural com a sociedade e demais setores da

administração pública, viabilizando, assim, maior poder de argumentação entre estas esferas a fim de requerer políticas públicas cada vez mais efetivas na área da cultura.

Em uma visão otimista, vê-se um intuito de alcançar essa totalidade da democracia cultural através das ações desenvolvidas, das reuniões de Gestão Compartilhada – das quais o Fórum de Cultura do Grande Bom Jardim também compõe –, verifica-se uma constante negociação com o Estado e ações que, se de um lado viabilizam acesso ao balé – linguagem artística que, comumente é associada como uma arte elitista –, por outro, abrange a diversidade cultural com várias características de fortalecimento da cultura periférica, tanto através dos eventos promovidos, como também por meio dos cursos de formação que são ofertados.

## REFERÊNCIAS

- ALCARÁ, Adriana Rosecler et al. Fatores que influenciam o compartilhamento da informação e do conhecimento. **Revista Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p.170-191, jan/abr. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v14n1/v14n1a12>>. Acesso em: 24 jun. 2018.
- BARBALHO, Alexandre. **Relações entre Estado e cultura no Brasil**. Ijuí: Unijuí, 1998.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições, 1977.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Coleção Pensamento Crítico, v. 69).
- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. 173p. ; (Coleção pensamento crítico, v. 69).
- BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, [s.l.], v. 15, n. 2, p.73-83, abr. 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392001000200011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000200011)>. Acesso em: 24 abr. 2018.
- BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 7-16. (Memória e Sociedade). Disponível em: <[http://lpeq1.quimica.ufg.br/up/426/o/BOURDIEU\\_\\_Pierre.\\_O\\_poder\\_simb%C3%B3lico.pdf](http://lpeq1.quimica.ufg.br/up/426/o/BOURDIEU__Pierre._O_poder_simb%C3%B3lico.pdf)>. Acesso em: 09 nov. 2017.
- BRASIL. Congresso. Senado. **Constituição (1988)**. Emenda Constitucional nº 48, de 10 de agosto de 2005. Acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura.. . [s.l.]: [s.n], 14 dez. 2017. Disponível em: <[https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_14.12.2017/art\\_215\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_14.12.2017/art_215_.asp)>. Acesso em: 06 jun. 2019.
- BRASIL. Decreto-lei nº 74, de 21 de novembro de 1966. Cria o Conselho Federal de Cultura e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Câmara dos Deputados, Brasília, 5 jan. 1967. Seção 1, p. 178. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-74-21-novembro-1966-375931-republicacao-35524-pe.html>>. Acesso em: 15 mar. 2019.
- BRASIL. Decreto nº 8.243, de 23 de abril de 2014. Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social – SNPS, e dá outras providências. **Lex**: legislação federal do Brasil. Brasília, DF. p. 1. 23 maio 2014a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm)>. Acesso em: 06 jun. 2019.
- BRASIL. Decreto nº 9.674, de 2 de janeiro de 2019. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Cidadania, remaneja cargos em comissão e funções de confiança, transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e

Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. **Presidência da República**, Casa Civil, Brasília, 2 jan. 2019a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D9674.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9674.htm)>. Acesso em: 15 mar. 2019.

BRASIL. Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. **Presidência da República**, Casa Civil, Brasília, 11 abr. 2019. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm)>. Acesso em: 13 abr. 2019.

BRASIL. Decreto nº 28.442, de 16 de agosto de 2006. Institui, no âmbito da administração pública estadual, o sistema estadual da cultura, indica suas fontes de financiamento, regula o fundo estadual da cultura, e dá outras providências. **Lex**: legislação estadual do Ceará. Ceará, CE. 31 out. 2006. Disponível em: <<http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20061031/do20061031p01.pdf#page=26>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial de Cultura. **Plano Nacional de Cultura**. [201-?]. Disponível em: <<http://pnc.cultura.gov.br/entenda-o-plano/>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial de Cultura. **Discurso do ministro Gilberto Gil durante assinatura do acordo de cooperação do Programa Mais Cultura no estado de Pernambuco**. 2008. Disponível em: <<http://cultura.gov.br/323348-revision-v1/>>. Acesso em: 02 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial de Cultura. **Lei Cultura Viva**. 2014b. Disponível em: <<http://culturaviva.gov.br/sobre-a-lei-cultura-viva/>>. Acesso em : 06 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial de Cultura. **Histórico**. [201?]. Disponível em: <<http://cultura.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/historico/>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

BRAY, Mark. Cinco lições de história para antifascistas. **Revista Serrote**, mar. 2018. [Online]. Disponível em: <<https://www.revistaserrote.com.br/2018/03/cinco-licoes-de-historia-para-antifascistas-por-mark-bray/>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

BURKE, Peter. Unidade e variedade na história cultural. In: BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 213-230.

CALABRE, Lia. Intelectuais e política cultural: o Conselho Federal de Cultura. **Intellèctus**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, p.1-11, maio 2016. Disponível em: <[http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/a-j/FCRB\\_LiaCalabre\\_Intelectuais\\_e\\_PoliticaCultural.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/a-j/FCRB_LiaCalabre_Intelectuais_e_PoliticaCultural.pdf)>. Acesso em: 12 maio. 2019.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.09-16.

CASTORIADIS, Cornelius. A instituição e o imaginário: primeira abordagem. *In:* \_\_\_\_\_. **A instituição imaginária da sociedade**. Tradução de Guy Reynaud. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. c. 3. p. 139-192. (Rumos da cultura moderna, v. 52).

CENTRO CULTURAL GRANDE BOM JARDIM (Fortaleza). Secretaria da Cultura do Ceará. **Grande Bom Jardim: território e contexto social**. [CENTRO..., 201?]. Disponível em: <<http://cobj.redelivre.org.br/grande-bom-jardim-territorio-e-contexto-social/>>. Acesso em: 23 mai. 2019.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. *In:* PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (Orgs.) **Da língua ao discurso: reflexões para o ensino**. Rio de Janeiro : Lucerna, 2005, p. 11-27. Disponível em: <<http://www.patrick-charauveau.com/Uma-analise-semiolinguistica-do.html>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

CHAUÍ, Marilena. A memória. *In:* \_\_\_\_\_. **Convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2006. cap. 3, p. 138-142.

CORRÊA, Roberto Lobato. O urbano e a cultura: alguns estudos. *In:* CORRÊA, Roberto Lobato et al (Org.). **Cultura, espaço e o urbano**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2006. p. 141-165.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Fortaleza, capital do Ceará: transformações no espaço urbano ao longo do século XIX. **Revista do Instituto do Ceará**, ano 127, 2014. Disponível em: <[https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/2014/03\\_FortalezacapitaldoCeara.pdf](https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/2014/03_FortalezacapitaldoCeara.pdf)>. Acesso em: 30 abr. 2019.

CRUZ, Valdo; COLON, Leandro; BRISOLLA, Fábio. Temer decide recriar Ministério da Cultura, anuncia Mendonça Filho. **Folha de S. Paulo**, maio 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/05/1773764-temer-decide-recriar-ministerio-da-cultura-anuncia-mendonca-filho.shtml>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

DRAGÃO DO MAR. Institucional. **Quem somos**. [201-?]. Disponível em: <<http://www.dragaodomar.org.br/institucional/quem-somos>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

DURAND, Gilbert. Prefácio da terceira edição. *In:* DURAND, Gilbert. **As Estruturas Antropológicas do Imaginário: Introdução à arquetipologia geral**. Tradução de Hélder Godinho. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p.15-19. Tradução de: Hélder Godinho.

DUVIGNAUD, Jean. Prefácio. *In:* HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Traduzido por Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990. p. 9-17.

EAGLETON, Terry. **Versões de Cultura**. São Paulo: Unesp, 2005.

ENTREVISTADO 1. Entrevista concedida a Amanda de Sousa Ribeiro. Fortaleza, 18 jun. 2019.

ENTREVISTADO 2. Entrevista concedida a Amanda de Sousa Ribeiro. Fortaleza, 18 jun. 2019.

ENTREVISTADO 3. Entrevista concedida a Amanda de Sousa Ribeiro. Fortaleza, 18 jun. 2019.

ENTREVISTADO 4. Entrevista concedida a Amanda de Sousa Ribeiro. Fortaleza, 18 jun. 2019.

ENTREVISTADO 5. Entrevista concedida a Amanda de Sousa Ribeiro. Fortaleza, 18 jun. 2019.

ENTREVISTADO 6. Entrevista concedida a Amanda de Sousa Ribeiro. Fortaleza, 18 jun. 2019.

ENTREVISTADO 7. Entrevista concedida a Amanda de Sousa Ribeiro. Fortaleza, 18 jun. 2019.

ENTREVISTADO 8. Entrevista concedida a Amanda de Sousa Ribeiro. Fortaleza, 18 jun. 2019.

ENTREVISTADO 9. Entrevista concedida a Amanda de Sousa Ribeiro. Fortaleza, 18 jun. 2019.

ENTREVISTADO 10. Entrevista concedida a Amanda de Sousa Ribeiro. Fortaleza, 18 jun. 2019.

ENTREVISTADO 11. Entrevista concedida a Amanda de Sousa Ribeiro. Fortaleza, 18 jun. 2019.

ENTREVISTADO 12. Entrevista concedida a Amanda de Sousa Ribeiro. Fortaleza, 18 jun. 2019.

ERAZO, Luis Carlos. Políticas Públicas. Formulación, Implementación y Evaluación de André-Noël Roth Deubel. **Íconos - Revista de Ciencias Sociales**, [s.l.], v. 19, n. 53, p.201-204, 1 set. 2015. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Ecuador (FLACSO). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.17141/iconos.53.2015.1849>>. 09 maio 2019.

FERNÁNDEZ, Gabriela Rodríguez. A cidade como foco da imaginação distópica: literatura, espaço e controle. In: CORRÊA, Roberto Lobato et al (Org.). **Cultura, espaço e o urbano**. Rio de Janeiro: Eduerj. 2006. p. 97-140.

GARDUCCI, Leticia Galan. Forma política: alicerce da reprodução do capital. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 31, n. 17, p.178-180, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://www4.pucsp.br/neils/revista/vol%2031/leticia-galan-garducci.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

GASTAL, Susana. **Turismo, investigação e crítica**. São Paulo: Contexto. 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 206 p.

GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno Crh**, [s.l.], v. 21, n. 54, p.439-455, dez. 2008. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792008000300003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000300003)>.  
Acesso em: 05 abr. 2019.

GOULART, Saulo. **História e memória**. [s.l.]: Casa do Saber, 2017. (2:53 min.), son., color.  
Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=lfy55jJhqS8>>. Acesso em: 13 set. 2018.

HAESBAERT, Rogério. O espaço na modernidade. *In*: HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 77-100.

HAESBAERT, Rogério. Territórios, Redes e Aglomerados de Exclusão. *In*:  
HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. Cap. 7. p. 279-336.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Metodologias qualitativas. *In*: HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 63-91.

HALBWACHS, Maurice. Memória coletiva e memória individual. *In*: HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990. c. 1. p. 25-47. (Biblioteca Vértice. Sociologia e política.).

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. 3. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 1999.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.  
Disponível em:

<[http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declaration\\_cultural\\_diversity\\_pt.pdf](http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declaration_cultural_diversity_pt.pdf)>. Acesso em: 06 jun. 2019.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945–1960)**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 6.ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Atlas, 2011. 314 p.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Unicamp, 1990. p. 17-146.

LEAL, Rogério Gesta; RAMOS, Tais. A Memória como Direito Fundamental Civil e Político: Abordagem Preliminar. **Revista Brasileira de Direito**, Passo Fundo, v. 8, n. 1, p.141-182, 30 jun. 2012. Complexo de Ensino Superior Meridional S.A. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18256/2238-0604/revistadedireito.v8n1p141-182>>. Acesso em: 09 abr. 2019.

LOCKS, Pompilio. Formulação de agenda, políticas públicas e economia solidária no Brasil. **Otra Economía**, [s.l.], v. 8, n. 14, p.45-59, 29 jul. 2014. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/viewFile/otra.2014.814.05/4152>>. Acesso em: 09 abr. 2019.

LOPES, Brenner; AMARAL, Jefferson Ney; CALDAS, Ricardo Wahrendorff (Org.). **Políticas públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: Sebrae, 2008. 48 p. (Políticas Públicas, v.7). Disponível em:



<<http://www.mp.ce.gov.br/nespeciais/promulher/manuais/MANUAL%20DE%20POLITICA%20P%20C3%9ABLICAS.pdf>>. Acesso em: 30. abr. 2019.

MAYER, Fernando de Pol. **Introdução à Estatística e conceitos de amostragem**. Paraná: [s.n.], 2016. 48 slides, color. Disponível em: <[http://leg.ufpr.br/~fernandomayer/aulas/ce001e-2016-2/01\\_introducao\\_e\\_amostragem/01\\_Introducao\\_a\\_Estatistica\\_e\\_amostragem.pdf](http://leg.ufpr.br/~fernandomayer/aulas/ce001e-2016-2/01_introducao_e_amostragem/01_Introducao_a_Estatistica_e_amostragem.pdf)>. Acesso em: 13 jun. 2019.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. O museu na cidade x a cidade no museu: para uma abordagem histórica dos museus de cidade. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.5, n.8/9, p. 187-205, set 1984/abr. 1985.

MORAES, C. A cultura é (novamente) degolada em tempos de ajuste fiscal. **El País**, São Paulo, maio 2016. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/11/politica/1462998470\\_097192.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/11/politica/1462998470_097192.html)>. Acesso em: 06 maio 2019.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. As cidades de cada dia! In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do et al (Org.). **Cidade e Memória**. Imperatriz, MA: Ética, 2009. p. 7-16.

NETTO, José Teixeira Coelho. **Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário**. São Paulo: Iluminuras, 1997. Disponível em: <[http://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Coelho-Dicionario\\_critico\\_de\\_politica\\_cultural.pdf](http://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Coelho-Dicionario_critico_de_politica_cultural.pdf)>. Acesso em: 09 abr. 2019.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p.7-29, dez. 1993. Disponível em:<<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>> Acesso em: 01 jun. 2018.

PASTERNAK, Suzana. A favela que virou cidade. In: VALENÇA, M. M. (Org.). **Cidade (i)legal**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p.11-23, jun. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882007000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 12 abr. 2018.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: <[http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf)>. Acesso em: 30 abr. 2018.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

PREFEITURA DE FORTALEZA. **Fortaleza 2040: Desenvolvimento da cultura e do conhecimento**. 5. ed. Fortaleza: [s.n.], 2017. 174 p. Disponível em: <

5-desenvolvimento-da-cultura-e-do-conhecimento\_06-03-2017.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2019.

PROGRAMA integrado de desfavelamento de Fortaleza: estudos preliminar. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1973. 28f.

RELPH, E. C. As bases fenomenológicas da geografia. **Revista de Geografia**, Rio Claro, n.4, p.1-25, 1979.

RIOS, Kênia Sousa. **Campos de Concentração do Ceará**: isolamento e poder na seca de 1932. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. A cidade e suas crises, o patrimônio pelos viés da memória: por que e como preservar o passado?. **Habitus**, Goiás, v. 4, n. 1, p.455-470, 19 jan. 2006. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/364/302>>. Acesso em: 24 mar. 2018.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. *In*: AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **Usos & abusos da história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. c. 7. p. 93-101.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. *In*: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre. **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador. Edufba, 2007.

SANTOS, Milton. **A urbanização desigual**: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. Petrópolis: Vozes, 1980.

SECRETARIA DA CULTURA. **A Secretaria**. [201-?]. Disponível em: <<https://www.secult.ce.gov.br/a-secretaria/>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

SECRETARIA DA CULTURA. **Mapa Cultural do Ceará**: plataforma mapeia agentes, espaços e eventos no Estado. b2019. Disponível em: <<https://www.ceara.gov.br/2019/05/02/mapa-cultural-do-ceara-plataforma-mapeia-agentes-espacos-e-eventos-no-estado/>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

SECRETARIA DA CULTURA. **Rede de equipamentos culturais**. c2019. Disponível em: <<https://www.secult.ce.gov.br/equipamentos-culturais/>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da; REIS, Alcenir Soares dos. Biblioteca pública como lugar de práticas culturais: uma discussão sócio-histórica. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.2, n.1, p.37-54, jan./abr. 2011. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECID-79CMVL/mestrado\\_\\_fabr\\_cio\\_jos\\_\\_nascimento\\_da\\_silveira.pdf](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECID-79CMVL/mestrado__fabr_cio_jos__nascimento_da_silveira.pdf)>. Acesso em: 30 abr. 2017.

SIQUEIRA, Carol. Deputados derrubam decreto dos conselhos populares. **Câmara dos Deputados**, 2014. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/476677-DEPUTADOS->

DERRUBAM-DECRETO-DOS-CONSELHOS-POPULARES.html>. Acesso em: 06 jun. 2019.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul./dez. 2006, p. 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>> Acesso em: 30 mai. 2019.

SOUZA, M. L. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. **Revista Território**. Rio de Janeiro, Delumme Dumará, ano 2, n.3, p. 13-35, jul/dez. 1997. Disponível em:<<https://docplayer.com.br/354451-Algumas-notas-sobre-a-importancia-do-espaco-para-o-desenvolvimento-social.html>> Acesso em: 01 jun. 2019.

TORO, Jose Bernardo; WERNECK, Nísia. **Mobilização social**: um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**. São Paulo: Difel, 1983.

UNESCO. **Declaração Universal sobre Diversidade Cultural**. 2001. Disponível em:<[http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declaratio\\_n\\_cultural\\_diversity\\_pt.pdf](http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declaratio_n_cultural_diversity_pt.pdf)>. Acesso em: 05 jun. 2019

UNESCO. **Declaración de México sobre las políticas culturales**. 1982. Disponível em: <[http://portal.unesco.org/culture/es/files/12762/112762/1329542/4031mexico\\_sp.pdf/mexico\\_sp.pdf](http://portal.unesco.org/culture/es/files/12762/112762/1329542/4031mexico_sp.pdf/mexico_sp.pdf)>. Acesso em: 05 jun. 2019

WEHLING, A.; WEHLING, M. J. As estratégias da memória social. **Revista de história sem fronteiras**. v.1 n.1, Rio de Janeiro: Editora Atlântida, 2003.

WILLIAMS, Raymond. Com vistas a uma sociologia da cultura. *In*: WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 9-32. Disponível em: <<https://arquivomarxista.files.wordpress.com/2016/04/raymondwilliamscultura.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

ZILBERMAN, Regina. Memória entre oralidade e escrita. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 117-132, set. 2006. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/25531953.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA AOS  
FREQUENTADORES DO CENTRO CULTURAL GRANDE BOM JARDIM**

**CENTRO CULTURAL GRANDE BOM JARDIM: TERRITÓRIO E ESPAÇOS  
PÚBLICOS**

\*Obrigatório

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Me chamo Amanda Ribeiro e estou, com a orientação do Prof. Dr. Jefferson Veras, realizando uma pesquisa sobre o Centro Cultural Grande Bom Jardim. Serão levantados dados demográficos e, em seguida, você responderá algumas questões mais específicas com intuito de entender: A sua compreensão sobre o espaço do CCBJ dentro do Grande Bom Jardim enquanto ambiente de cultura, além da relação com o CCBJ dentro dos contextos do Grande Bom Jardim.

O instrumento final será de auto relato e anônimo. É garantido o anonimato, sigilo e confidencialidade dos dados obtidos. Seu nome ou qualquer identificação jamais serão perguntados. As informações adquiridas através do questionário serão estatisticamente analisadas a fim de produzir conhecimento científico sobre o tema.

Sua participação é voluntária e não há nenhuma forma de compensação financeira por participar deste projeto, porém a sua colaboração é muito importante para nos ajudar a compreender o fenômeno aqui elucidado.

Após aprovação acadêmica deste trabalho pretende-se apresentá-lo ao público do Centro Cultural Grande Bom Jardim por entendermos que são os principais interessados e sabendo da relevância do retorno acadêmico a sociedade, no sentido de colaboração com as reivindicações do CCBJ.

Desde já agradecemos sua contribuição para o desenvolvimento desta atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos através do e-mail [amanda922012@gmail.com](mailto:amanda922012@gmail.com).

Você aceita participar desta pesquisa? Caso concorde em participar, marque em "Sim": \*

Marcar apenas uma opção.

- Sim. Declaro que fui informado (a) dos objetivos e da justificativa desta pesquisa de forma clara e detalhada. Recebi informações sobre cada procedimento. Ao assinalar positivamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, os meus direitos legais serão garantidos e não renuncio a quaisquer direitos legais e dou meu consentimento livre e esclarecido, concordando em participar deste estudo.
- Não. Pare de preencher este formulário.

**1. PERFIL DOS RESPONDENTES**

Quanto ao gênero \*

Marcar apenas uma opção.

- Feminino

- Masculino

Faixa etária \*

Marcar apenas uma opção.

- Entre 18 e 25 anos
- Entre 26 e 30 anos
- Entre 31 e 35 anos
- Entre 36 e 40 anos
- Entre 41 e 45 anos
- Acima de 45 anos

Etnia/Raça \*

Marcar apenas uma opção.

- Caucasiana/Branca
- Preta
- Indígena
- Amarela
- Outro:

Ocupação (Estudante, artista de rua, etc) \*

---

Grau de escolaridade \*

Marcar apenas uma opção.

- Ensino fundamental incompleto
- Ensino fundamental completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo

Bairro em que mora \*

Marcar apenas uma opção.

- Bom Jardim
- Canindezinho
- Granja Lisboa
- Granja Portugal
- Siqueira
- Outro: \_\_\_\_\_

## 2. SOBRE SUA RELAÇÃO COM O CCBJ

Qual sua relação com o CCBJ \*

Marcar apenas uma opção.

- Aluno (a)
- Ex-Aluno (a)

- Professor (a)
- Funcionário (a)
- Visitante
- Outro:

Há quanto tempo frequenta o CCBJ? \*  
 Marcar apenas uma opção.

- Menos de 06 meses
- Entre 06 meses a 01 ano
- Entre 01 ano e 03 anos
- Entre 03 anos e 05 anos
- Entre 05 anos e 07 anos
- Entre 07 anos e 09 anos
- Entre 09 anos a 11 anos
- Mais de 11 anos

Com que frequência vai ao CCBJ? \* (Considerando os últimos doze meses)  
 Marcar apenas uma opção.

- De uma a duas vezes por semana
- De três a quatro vezes por semana
- De cinco a seis vezes por semana
- Somente aos finais
- Somente na semana
- Todos os dias
- Outro:

O que mais te motiva frequentar o CCBJ? (Pode marcar até duas opções) \*  
 Marque todas que se aplicam.

- Atrações gratuitas
- Biblioteca
- Cinema
- Cursos ofertados
- Satisfação pessoal
- Encontrar pessoas
- Teatro
- Aulas de teatro
- Dança
- Aulas de dança
- Localização
- Outro: \_\_\_\_\_

Você já praticou ou pratica alguma atividade fornecida pelo CCBJ? Se sim, qual (is)? (Considere os últimos 24 meses)

### 3. INTEGRAÇÃO COM O CCBJ (Considere sua relação com o Centro)

Qual a relevância do CCBJ para sua formação artística? Marcar apenas uma opção.

- Muito relevante
- Razoavelmente relevante
- Pouco relevante
- Não se aplica

Comente sobre essa relevância:

---

Qual a relevância do CCBJ para sua vida pessoal? \* Marcar apenas uma opção.

- Muito relevante
- Razoavelmente relevante
- Pouco relevante
- Não se aplica

Comente sobre essa relevância: \*

---

Qual a relevância do CCBJ para o seu bairro? \* Marcar apenas uma opção.

- Muito relevante
- Razoavelmente relevante
- Pouco relevante
- Não se aplica

Comente sobre essa relevância: \*

---

Você participa, de alguma forma, das escolhas ou sugestão de atividades do CCBJ? (Sugerir atividades na biblioteca ou programação de teatro) \*  
 Marcar apenas uma opção.

- Totalmente
- Parcialmente
- Raramente
- Não participo

O que você presenciou de mais marcante nos últimos 12 meses no CCBJ? \*

---

#### 4. SOBRE O CCBJ E SEUS CONTEXTOS (Territorial, cultural e político)

Quando pensa em espaço de encontro, música, cultura, formação artística, etc., quais outros locais dentro do Grande Bom Jardim que você lembra? \*

---

Pensando em nível da cidade, a localização do Centro favorece, dificulta ou é indiferente para seu acesso às atividades culturais e artísticas? \*

---

Em sua opinião, qual a contribuição do CCBJ para o Grande Bom Jardim? \*

---

Como você vê o funcionamento do CCBJ? (Horário de funcionamento, utilização dos espaços, relação com as comunidades etc).\*

---

Na sua compreensão, o CCBJ viabiliza o fortalecimento da identidade dos grupos sociais presentes no Grande Bom Jardim? Explique. \*

---